

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 — 13100 — Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXII - Nº 138

ISS-0101-4919

ABRIL/JUNHO/1990

SUMÁRIO

Artigos

Aspectos geopolíticos do município	71
Odilon Nogueira de Matos	
"A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros, que leu"	82
Antonio Cândido	
Barata Ribeiro, um médico no Supremo Tribunal Federal	87
Emeric Levai	
Mário de Andrade e o folclore	91
Vasco Mariz	
Imagem de Guilherme de Almeida	96
Israel Dias Novaes	
Autores campineiros na biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda: um levantamento bibliográfico	110
Vera Cristina Neumann	
Biblioteca desaparecida	116
Nanci Leonzo	

A propósito de Borges da Fonseca	117
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A história cultural de Roberto Darnton	121
Duílio Battistoni Filho	
Registro Bibliográfico	123
Periódicos	129
Um pouco de música	
Missa de Neukomm	133
Memória Campineira	
Açúcar/Café/Algodão	135
Textos (sugestões para seminários)	
Os sete felizardos (Rui Barbosa)	137
O ensino superior na Holanda no século XVII (Paul Zumthor) ..	138
Vultos da Historiografia Brasileira: Wanderley Pinho	140
Seleta	
A linhagem da República	143
Wanderley Pinho	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Fonte demográfica de alto valor	146
O fundador dos carlistas no sul do Brasil	147
O Brasil visto por um jornalista inglês	148
A propósito dos "Diálogos das Grandezas do Brasil"	149
À memória de um grande educador	151
Odilon Nogueira de Matos	

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO MUNICÍPIO

Odilon Nogueira de MATOS

Nos muitos e muitos anos em que lecionamos História do Brasil, tanto no ensino médio como no universitário, sempre fizemos sentir aos nossos alunos o caráter municipalista de nossa história. E começávamos por um exemplo, por assim dizer, cronológico: a data da fundação de São Vicente - 22 de janeiro de 1532 - era das poucas que fazíamos questão que nossos alunos soubessem. E frisávamos que não era por ser simplesmente a data da fundação de um povoado, mas porque a fundação desse povoado, cujas bases foram lançadas por Martim Afonso de Sousa e seus companheiros, implicava na criação da instituição municipal no Brasil, com o estabelecimento da primeira vila. Mais ainda: pode-se datar desse ato o próprio início do que se chamaria a "colonização oficial" do Brasil. Esse tríplice significado do 22 de janeiro de 1532 - fundação da vila de São Vicente, instituição do poder municipal e início da colonização oficial - dava-lhe um papel de suma relevância nos fastos de nossa história. Tornou-se, assim, São Vicente a "celula mater" da vida administrativa e municipal brasileira e não foi sem propósito que o idealizador de seu brasão-de-armas nele inscreveu a significativa expressão.¹

Em seu magnífico ensaio sobre a função política do município no Brasil (1972), lembra o Professor Brasil Bandecchi que o estudo do município tem sido quase sempre relegado a um segundo plano, "não aparecendo com o devido destaque na História do Brasil".

(1) "É o brasão de São Vicente muito sugestivo e da autoria de Benedito Calixto, que muito felizmente adotou por escudo o timbre das armas de Martim Afonso de Sousa: o leão rompante de goles, armado de blau, com uma grinalda florida de sinople. A divisa imaginada por Calixto é perfeitamente adequada à mais velha cidade do Brasil ("Celula mater") e a cercadura (hastes de cana de açúcar) tem alto significado histórico, lembrando a cultura primordial de São Paulo quinhentista" (Taunay, Afonso de - *Antigos aspectos Paulistas*, 107. São Paulo, Imprensa do "Diário Oficial", 1927. Separata dos "Anais do Museu Paulista", tomo III).

Mas é o próprio Brasil Bandecchi quem desmente sua asserção ao arrolar em seu livro extensa bibliografia, desde a clássica obra de Carneiro Maia (1883), passando por Deolindo Amorim, Machado Paupério, Edmundo Zenha, Orlando de Carvalho, Oliveira Viana, Tavares de Lyra, Nestor Duarte, Eulália Lobo, Vítor Nunes Leal, aos quais acrescentaríamos todos os que têm escrito sobre a história do Direito no Brasil, como Waldemar Ferreira e Milton Duarte Segurado, entre outros.² Mais ainda: embora o município esteja, na conjuntura atual, reduzido em muito de sua função, expressão e significado, os temas relativos a ele aparecem com freqüência em congressos, simpósios, etc., mostrando sua atualidade e interesse permanente.

De fato, ao município se prendem temas de história administrativa, de história política, de história social, de direito, de sociologia, de política, de administração, de geografia, de geopolítica. Em torno dele pode ser feita a própria história do país e onde certamente assiste razão a Brasil Bandecchi é na observação de que há aspectos da vida municipal que não estão ainda convenientemente estudados.

Uma das grandes vantagens para a história do município é, inegavelmente, a que diz respeito às fontes. Para a história interna do país, particularmente a história local, nenhum documentário mais valioso que as atas das câmaras municipais. Refletem elas, na sua singeleza, a vida dos municípios, e bem compreendendo isto, foi que a Capital paulista empreendeu desde fins do século passado a publicação das atas de sua câmara, instituída em meados do século XVI. Há lacunas, infelizmente, a começar pelo livro inicial. Mas o que se tem hoje, publicado pelo Governo do Estado, e que alcança até o início do século XIX, constitui repositório de suma importância, indispensável à reconstituição da vida paulistana e que tem servido a numerosos pesquisadores da história da cidade de São Paulo, como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Belmonte, Ernani Silva Bruno, Gilberto Leite de Barros e tantos outros, para suas magníficas reconstituições do passado da terra paulistana.

Não cremos necessário abordar o problema das origens do município, pois todos os que dele trataram já o fizeram. Seria mais conveniente remeter os interessados a essa rica bibliografia. Vindo de Roma para a Península Ibérica, onde sofreu profunda influência do direito visigótico, o que há de significativo, para nós, no estudo do município, é o processo de adaptação por que ele passou em terras brasileiras. Como, aliás, todas as instituições que para a América foram transplantadas pelos colonizadores ibéricos. É isto que torna fascinante a história das instituições. Elas não são estáticas. Revestem-se de um

(2) Bandecchi, Brasil - *O Município no Brasil e sua função política*, pág. 11. São Paulo, 1972. (coleção da "Revista de História", vol. 40).

dinamismo em função do tempo e do espaço, que acaba por modelá-las ao sabor das conjunturas, assegurando-lhes, ao lado do sentido de permanência, o processo de transformação que as vivifica. Fonte do direito local que, ao lado do direito que vinha do Reino, atendia às necessidades da colônia. Em funções múltiplas, muitas delas inexistentes hoje. Não estávamos, ainda, sob a inspiração de Montesquieu com a sua tripartição de poderes. Estes, mais que se harmonizavam; se completavam, exercendo a Câmara atribuições que hoje ela não tem ou não precisa ter.

Pergunta sabiamente Bandecchi em seu já citado livro: “No vasto império português, poderiam as leis ser aplicadas rijamente em toda a sua extensão, tendo em vista as diversas condições locais e os direitos dos povos que integravam?”³ Nessa pergunta (na realidade uma pergunta-chave) está sintetizada grande parte da problemática do município no Brasil: a necessidade de adaptação ou acomodação das instituições jurídicas, a começar pelo município. E dentro do município, a começar pelo seu sentido de autonomia, mais no Brasil que nos países donde se originou. Autonomia que, talvez nem fosse de sua essência jurídica, mas que no Brasil precisou adquirir em face das condições de isolamento, principalmente das vilas do interior.

Martim Afonso de Sousa, ao encaminhar-se para o Brasil, “já trazia determinado o tipo de associação jurídica que ia implantar na nova terra”, afirmou com exatidão Edmundo Zenha, que, prossegue: “A vila era a maneira mais fácil de compreender a colonização, o que denuncia a tendência popular e democrática de que sempre esteve imbuído o povo que nos colonizou (...) Por muito tempo, a colônia vai ser um conjunto de vilas espalhadas por uma imensidão geográfica assustadora (...) As primeiras vilas brasileiras foram produtos exclusivos da vontade metropolitana. Nada de espontâneo ou natural lhes preside o nascimento. Nalgumas, até o local vem predeterminado”.⁴

No expressivo trecho que transcrevemos do autor de *O Município no Brasil*, encontramos algumas outras chaves imprescindíveis para a boa compreensão de nossa evolução histórica. Assim, por exemplo, o problema da “imensidade geográfica assustadora”, ao qual acrescentaremos a pequena população, e eis-nos diante do grande e decisivo binômio que condicionará grande parte do nosso passado, com reflexos e influências até o dia de hoje. Mais sensível depois que se processa a grande expansão dos séculos XVII e XVIII. Se no primeiro século não há penetração interior, a não ser com o objetivo de exploração, mas sem a menor preocupação de estabelecimentos permanentes (a não ser a ex-

(3) Bandecchi, obra citada, pág. 17.

(4) Zenha, Edmundo - *O Município no Brasil (1532-1700)*, págs. 23 e 24. São Paulo, Instituto Progresso Editorial (1948).

ceção do Planalto Paulista), e nesse século XVI as povoações alinham-se pelo litoral, fazendo do mar a única grande via de comunicação, já nos dois séculos seguintes a situação se modificará com a expansão geográfica (criadores, mineradores, missionários), que parecia interminável e que somente veio a cessar com os tratados de limites do século XVIII.

Nessas regiões totalmente desprovidas de quaisquer sistemas de articulação, formaram-se verdadeiros polos geográficos, num processo sempre crescente de isolamento do município. Aqui, a câmara municipal desempenha seu grande papel. Único órgão de eleição existente na terra (com todos os vícios que poderia ter o sistema eleitoral), a câmara representa, com efeito, acentuado poder local. Poder local que leva ao mandonismo e, como resultante, ao chamado coronelismo, que chegou até nossos dias. Domínio de oligarquias e de famílias. Assunto que tem fornecido temas a magníficos estudos de história e de sociologia política, como, entre outros, os de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vítor Nunes Leal, Paulo Mercadante, e L. A. Costa Pinto. Assunto que, no passado, já interessara a Oliveira Viana, que, no seu trabalho pioneiro de história social, foi o primeiro a vislumbrar aspectos bem significativos do comportamento do clã patriarcal no interior do Brasil e de seu relacionamento com os governos.

Tomamos emprestado a Vítor Nunes Leal os seguintes conceitos que corroboram o que afirmamos: "Entre as causas dessa usurpadora extensão de atribuições, que perdura pelo menos até meados do século XVII, ocupa lugar de relevo a insuficiência do aparelhamento administrativo no território extenso, inculto e quase despovoado, ou seja, a fraqueza do poder público. Em outras palavras, o fator básico dessa situação era o isolamento em que viviam os senhores rurais, livres, portanto, de um elemento efetivo de contraste de sua autoridade. Além disso, como constituíam a vanguarda da Coroa na ocupação da terra nova, defendida pelo gentio belicoso e ameaçada por outras potências européias, não era muito considerável a margem de conflito entre o poder privado da nobreza territorial e o poder público, encarnado no Rei e em seus agentes. Por isso mesmo, a Metrópole, não somente se resignava, ante a prepotência dos colonos, como ainda lhes conferia prerrogativas especiais. Protegia, por exemplo, os grandes fazendeiros contra a concorrência dos pequenos produtores de aguardente, mandando destruir as engenhocas; tornava as câmaras privativas dos proprietários de terras, vedando a eleições de mercadores; resguardava o patrimônio dos senhores de engenho, proibindo que fossem executados por dívidas etc. Por tudo isso, o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, o verdadeiro centro de poder da Colônia: poder econômico, social e político".⁵

(5) Leal, Vítor Nunes - *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil*, págs. 67/68. Segunda edição. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

O sistema eleitoral que regulava o funcionamento das câmaras era complicado e não podia deixar de traduzir interesses de grupos ou de famílias. Interesses que geram lutas. Rara a região do país que não tenha sido marcada por essas lutas de família em disputa do poder. Ontem como hoje. E abrangendo clientela cada vez mais numerosa, pois em redor do chefe local aumenta o número de parentes, afilhados, vizinhos, protegidos e agregados. Verdadeira mentalidade feudal, embora sem as características do sistema.⁶ Mandonismo local, espírito de clã ou coronelismo (não importa o nome) que tem também seus aspectos positivos, pois constitui o elemento de ligação entre o município e o governo da Província e do Império (ou do Estado e da União, na República).

Ainda sobre a autonomia e poder das câmaras, seja-nos permitido mais um empréstimo, desta vez ao Engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira:

“As câmaras municipais possuíam um poder que hoje estamos muito longe de ao menos avaliá-lo. Assim, por exemplo, cabia-lhes dar posse aos governadores das capitanias, nomeados pelo Rei. E o Rei, com antecedência, comunicava aos senados das câmaras municipais das capitais das capitanias, que nomeara tal fulano para o cargo de capitão-general governador, descrevia as suas qualidades, e por fim solicitava que os oficiais dos senados das câmaras lhes dessem posse. Frequentemente as câmaras representavam ao rei contra atos dos governadores das capitanias. Durante os 290 anos em que existiram câmaras municipais na América Portuguesa, ou seja, de 1532 a 1822, nunca qualquer Rei de Portugal praticou qualquer ato de violência contra qualquer uma delas ou de seus membros. Nunca qualquer delas foi fechada pela força, ou por qualquer outro meio. Seria demasiadamente longo continuar fazendo uma simples relação dos direitos e privilégios que gozaram as câmaras municipais nesse período”.⁷

Nem todo mundo, está claro podia disputar as eleições. Às vezes há influências e pressões de grupos, quando não suborno de eleitores. O sistema eleitoral no Brasil chegou-nos viciado até época relativamente recente e muita coisa ainda existe a ser corrigida. Quem votava e quem podia ser votado? Como se qualificavam os eleitores? Qual a origem dos que disputavam o poder? Até que ponto se utilizavam promessas eleitorais? Qual o papel efetivo dos chamados “homens bons”? Qual seu grau de conscientização política? Até que ponto suas posições sociais davam-lhes prestígio? E como se comportavam os eleitos face aos seus

(6) V. o belo ensaio de L. A. Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil*. Segunda edição. São Paulo, Editora Nacional, 1980 (em convênio com o INL/MEC) Coleção “Brasiliana”, vol. 263.

(7) Ferreira, Manoel Rodrigues, *As Repúblicas Municipais no Brasil*, pág.51. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1980.

eleitores? Até que ponto estariam obrigados a uma prestação de contas? Como o povo não-votante reagia ante os eleitos? E quanto às possibilidades de real cumprimento das leis e das posturas municipais? E o poder de polícia? E as pressões de autoridades maiores? Enfim, há toda uma problemática que em, boa parte ainda persiste, mesmo nos dias atuais, apesar de todas as transformações sociais e culturais por que tem passado o país.

Casos existem - e Edmundo Zenha cita vários - de câmaras municipais que tomaram a defesa dos municípios contra prepotências externas: "Os concelhos coloniais foram o mais eficaz empecilho aos demandos das autoridades que vinham da metrópole. Os municípios impugnaram, comprimiram, alargaram e podaram as vontades dos governadores usando de todos os recursos possíveis, desde a violência até o sofisma. Governadores houve que se lhes submeteram inteiramente". E cita o caso de Rui Vaz de Siqueira, do Maranhão, que, ao iniciar seu governo, sofreu do poder local as mais fortes compressões; chegando a São Luís, recua-se a desembarcar enquanto a Câmara não se compromettesse a reconhecê-lo. No Rio de Janeiro, a Câmara se faz porta-voz da resistência e aversão do povo à prolongada predominância dos Sás.⁸ Rocha Pombo chega a afirmar que nos momentos mais agudos dos conflitos com as autoridades régias, só a Câmara se mantinha serena, defendendo o espírito de ordem e o amor à causa pública. "A impressão que se colhe da atitude das Câmaras - diz textualmente o historiador paranaense - é mesmo a de conciliação quando não a de defesa corajosa dos interesses locais, o que lhes dá sempre voz segura nas dúvidas frequentes".⁹

Às vezes, o conflito das câmaras não era com o Estado, mas com a Igreja, ou, mais precisamente, com os jesuitas, como ocorreu em São Paulo na primeira metade do século XVII, resultando na própria expulsão dos padres da vila de São Paulo. Havia muito eram tensas as relações entre os dois poderes, pois não se conformavam os jesuitas com as frequentes incursões dos paulistas nas missões do sul. E quando dois padres vão à Roma e trazem uma bula de excomunhão contra os paulistas, a câmara, zelosa de sua segurança e autonomia, respondeu com o revide puro e simples da expulsão de todos os jesuitas para fora da vila.

Este sentido de autonomia só vai arrefecer-se no século XVIII, após os descobrimentos auríferos, ocorrência que vem alterar substancialmente o relacionamento do Brasil com a Metrópole. Agora, torna-se esta muito mais zelosa, importando-se mais com o Brasil no

(8) Zenha, obra citada, págs. 114/115.

(9) Rocha Pombo, *História do Brasil*, III, 191. Rio de Janeiro, Saraiva & Cia., s. d.

sentido de trazê-lo manietado, impedindo ou dificultando a existência de um eficiente sistema de articulação interna, para que não se criasse no Brasil a inevitável consciência se não de pátria, pelo menos de grupo. A reorganização administrativa do país, com a criação das dez capitánias gerais, marcou efetivamente um retrocesso na importância e autonomia dos municípios, mas não de todo anuladas, pois os problemas geográficos continuavam de certa forma a condicionar a vida brasileira. Em boa parte, os capitães-gerais, então nomeados para as dez capitánias-gerais, mal passavam de governadores das cidades que lhes serviam de sede de governo, pouco se importando com as vilas de suas capitánias, que continuavam a viver em função das câmaras. É significativo, por exemplo, que, ao fundar do século XVIII, a Câmara de Campinas (então Vila de São Carlos) tenha se dirigido diretamente à Rainha D. Maria pedindo providências para poder enfrentar os problemas gerados pela miséria do sal, quando, entre a Câmara e a Coroa existiam duas autoridades que foram totalmente ignoradas: o Governador da Capitania de São Paulo e o Vice-Rei do Brasil...

A assertiva de Rocha Pomba vendo no município um baluarte das liberdades locais contra a tirania e a opressão se vê confirmada noutra proposição igualmente valiosa e que não passou despercebida a quantos estudaram o município: a valorização do elemento local (o colono), "neutralizando, na medida do possível, a preferência dada ao reinól e destruindo o complexo de inferioridade do colono". "A defesa do colono chegava a minúcias, afirma, ainda, o mesmo autor, que cita, em abono de sua asserção, vários exemplos tocantes aos mais diversos aspectos da vida da comunidade municipal, desde o livre trânsito até a liberdade de plantar o que quisessem. Eram frequentes, inclusive, os conflitos com padres. Edmundo Zenha chega a afirmar que "as câmaras coloniais foram o organismo coevo menos influenciado pela batina".¹⁰

Enfim, iríamos longe se esmiuçássemos casos curiosos de conflitos de poderes, afirmando sempre a enorme soma de atribuições dos municípios, às quais, obviamente, a metrópole, de início, procurou reagir. Mas, acabou compreendendo a importância da ação municipal em terras brasileiras. "A colônia, segundo a competente observação de Edmundo Zenha, exigia, para que vingasse, o sacrifício de uma apreciável parte do poder centralizador do rei".

A grande expansão paulista do século XVIII, alcançando o Centro-Oeste (Goias e principalmente Mato Grosso), determinou a criação de municípios em extensas áreas lindeiras com os espanhóis, a ponto de poder-se dizer que tais municípios, localizados em pontos

(10) Zenha, E. - Obra citada, págs. 120/121.

estratégicos e com a autonomia necessária ao desempenho de suas funções, representaram balizas fundamentais na ocupação efetiva de tão dilatadas regiões, permitindo que, por ocasião dos tratados de limites do século XVIII, pudessem elas ser incorporadas a Portugal e, conseqüentemente, ao Brasil.

Importância significativa oferecem também as vilas (com o competente poder municipal) criadas ao longo das grandes rotas de penetração que, como decorrência da expansão pastoril, cortaram o país em diversos quadrantes: os caminhos do Sul, os caminhos para as Gerais, os da Bahia, Nordeste, etc. As formas primitivas de ocupação do solo ao longo desses caminhos (ranchos, pousos, roças) foram, aos poucos, dando lugar a aglomerados maiores (por necessidade de defesa ou de economia), que, em breve, viram delineados seus primeiros esboços urbanos, prenúncio de próxima autonomia municipal.

É claro que, face à complexidade da administração dos nossos dias, a organização municipal introduzida pelos colonizadores ibéricos, tanto no Brasil como na América Espanhola, pode nos parecer excessivamente simplista, sem poderes definidos, sem a organicidade que hoje julgamos necessária ao funcionamento de qualquer órgão de representação. Mas, é preciso levar em conta alguns fatores: a pequena dimensão das vilas, desertas na maior parte do tempo, pois a população vivia mais na zona rural, vindo à vila apenas nos dias de festa religiosa; por outro lado, o grau de instrução bastante reduzido, tanto de governantes como de governados, como o demonstra, entre outras coisas, a péssima redação da maior parte das atas e dos documentos em geral; a simplicidade da vida urbana vem refletida, por exemplo, nas posturas municipais, quase todas parecendo-nos ingênuas de tão simples que eram.

Mas, com essa simplicidade, atendia o município à necessidades do país em formação e especialmente preparou as mentalidades para a superestrutura do Estado, quando ela se fez necessária ou possível. "Estágio ainda inicial da longa evolução para o Estado, ele (o município) representa, entanto, um passo além da agremiação formada em torno do pater-famílias. Produto imediato do grupo familiar, ele se mostra pouco desligado do ambiente em que teve origem, sofrendo as injunções dos clãs que representa, funcionando à medida de suas necessidades e reagindo conforme as tendências gerais da sociedade primária a cujo serviço está".¹¹

Essa evolução para o Estado, diga-se de passagem, foi bastante lenta, embora sua estrutura tenha sido imposta ao país desde o estabelecimento do Governo Geral, em meados do século XVI. Os governadores-gerais raramente deixarão de ser simplesmente governadores da

(11) Zenha, E. - obra citada, 131.

Bahia ou do Rio de Janeiro, que lhes serviam de sede. Nem condições teriam para exercer ação sobre o país todo. Este, fora das capitais e mesmo nelas em muitos casos, ficará entregue ao poder das câmaras municipais. Como se a ausência de um poder maior fortalecesse o poder menor. A ausência efetiva dos governadores-gerais (ou dos capitães-gerais, mais tarde) fortalecerá o poder menor, constituído, no caso, pelas edilidades municipais.

“A força municipal provém, pois, de dois elementos primários: o patriarcalismo e o latifúndio. Reunidos - municipalismo, patriarcalismo e latifúndio escravocrata -, formam, os três, o alicerce da Colônia sob o aspecto econômico, social e político. E qual deles foi o mais importante é difícil dizer-se. Um é o resultado natural do outro e não é possível determinar-se até onde iria o patriarcalismo sem município, ou ambos sem o latifúndio, ou, ainda, este sem aqueles dois. (...) Foram os representantes destas famílias poderosas que ocuparam os cargos municipais. Todos dotados de qualidades, e trazendo para a câmara o vigor que haviam empregado nos seus empreendimentos agrícolas. Porque o regime econômico do latifúndio não é regime para medíocres. Principalmente o latifúndio como existiu no período colonial, ativo, produtor, doado, aliás, sob a condição de ser explorado e requerido, portanto, somente por aqueles que se sentiam com coragem de fazê-lo. O senhor de engenho, o criador de gado, o produtor de cereais, eram homens portadores de excepcionais qualidades de administração, de descortínio, de decisão. Em tudo o colono se sentia inferior ao reinol, menos no que dizia respeito ao valor de direção e audácia de empreendimentos”¹²

Município e povoamento, município e colonização, município e segurança, município e circulação, município e economia, município e sociedade, município e justiça, município e igreja, município como elemento de equilíbrio no conflito ruralismo-urbanismo, tão típico de nosso passado, e tantos outros são temas que estão, ainda, em grande parte, a desafiar o interesse dos pesquisadores. O dia em que toda essa problemática municipal for devidamente pesquisada e estudada, teremos uma compreensão muito mais inteligente, ao mesmo tempo que mais humana, de nossa história. As atas af estão, como fontes fundamentais. E não será demais imaginar que, à vista delas e outros documentos correlatos, alguém possa, um dia, escrever um livro sobre a vida quotidiana nas vilas coloniais brasileiras, nos moldes de tantos que figuram em famosa e conhecida coleção francesa.

*

Tivemos oportunidade de lembrar, logo de início, alguns autores que escreveram sobre a história da cidade de São Paulo e que

utilizaram, como fontes principais, as atas da câmara municipal. Algumas indicações acerca de suas obras, cremos possam ser de interesse aos leitores de hoje.

Começemos pelo maior dos nossos historiadores, Afonso de Escragnonle Taunay. A história da cidade de São Paulo foi-lhe sugerida pela rica documentação mandada publicar pelo Governo do Estado desde fins do século passado e largamente incentivada por Washington Luís, quando Prefeito da cidade de São Paulo e depois Presidente do Estado. Eis porque, com justiça, o primeiro livro que ao assunto consagrou, *São Paulo nos primeiros anos* (1920) foi dedicado ao estadista-historiador. Seguiram-se-lhe *São Paulo no século XVI* (1921), *Piratininga* (1923), *a História seiscentista da Vila de São Paulo* (4 volumes, entre 1926 e 1929) e os tomos referentes aos séculos XVIII e XIX (a partir de 1931), totalizando mais de vinte volumes, embora a obra ficasse incompleta, pois, o último volume publicado alcança até meados do século XIX. Um volume síntese, editado por ocasião do quarto centenário da cidade (1954), representa o coroamento desse imenso esforço de evocar o passado e traçar a crônica da urbe paulistana desde as suas origens. Ao publicar o primeiro volume, 1920, lembrava o historiador o quanto São Paulo, sob o aspecto da documentação histórica, podia se considerar uma cidade privilegiada. Seus arquivos estavam a bem dizer intactos, o que não ocorria, por exemplo, nas cidades e vilas do litoral, onde foram muitas vezes destruídos por invasores estrangeiros ou danificados por insetos papirófagos, mais freqüentes nas áreas úmidas do litoral que no planalto. E além disso, sempre houve em São Paulo pessoas interessadas na sua guarda, conservação e mesmo publicação. Assim, as *Atas da Câmara*, o *Registro Geral*, os *Inventários e Testamentos*, os *Documentos Interessantes* constituíam um repositório extraordinário, à espera do pesquisador que neles se dispusesse a trabalhar, permitindo com mais facilidade a reconstituição do passado da cidade e oferecendo aos interessados um material como dificilmente se encontraria em outras regiões do Brasil. Eis porque os vinte volumes que dedicou à cidade de São Paulo estão repletos de informações do mais alto interesse para a história social, econômica, administrativa e cultural do burgo paulistano: problemas de abastecimento, de transportes, de salubridade, questões fiscais, penais, inventariais e legislativas em geral, as lutas políticas pelo poder, mão-de-obra, entradas pelo sertão, as lavouras, as relações com o mundo exterior os poucos rudimentos de cultura, os processos eleitorais, etc., passam pelas suas páginas, embora nem sempre de maneira sistemática, mas permitindo ao pesquisador seu aproveitamento com o objetivo de reconstituir os fatos da grande metrópole de hoje, que conservou traços bem provincianos de minúscula cidade até meados do século passado. Além dos citados livros de Taunay, ocupou-se o historiador com os aspectos da vida municipal em dois outros, *Na era das bandeiras* (onde

procede a uma excelente reconstituição da vida em Santo André da Borda do Campo, o mais antigo município do Planalto) e em *Sob El Rey Nosso Senhor*, que oferece páginas interessantes sob a vida social da urbe paulistana no século XVIII.¹³

De Alfredo Ellis Júnior, particularmente *Raça de Gigantes* (1926) reeditado em 1936 com o título de *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* bem como os volumes publicados pela Universidade de São Paulo (*O ouro e a Paulistânia, Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina, Capítulos da história psicológica de São Paulo*). De Alcântara Machado, o clássico *Vida e Morte do Bandeirante*, publicado pela primeira vez em 1929 e com freqüentes reedições. De Otoniel Mota, *Do Rancho ao Palácio*, publicado em 1942 na coleção "Brasileira", da Companhia Editora Nacional, infelizmente não reeditado. De Belmonte (Benedito Bastos Barreto) *No tempo dos bandeirantes*, publicado em 1939, mas com freqüentes reedições, obra elaborada na mesma linha da de Alcântara Machado. De Mário Neme, *Notas para a revisão da História de São Paulo*, de 1959. Nuto Santana, incansável rebuscador da história paulista, esteve por muitos anos vinculado ao Arquivo Municipal, função que lhe permitiu realizar importantes trabalhos publicados na "Revista do Arquivo Municipal" e em livros; dentre estes, a série *São Paulo Histórico*, em seis volumes, publicados entre 1937 e 1944. De Gilberto Pereira de Barros, *A Cidade e o Planalto*, (Martins, 1967). Ernani Silva Bruno, um dos maiores conhecedores da história paulistana, deixou-nos, além de escritos esparsos, dois livros básicos, *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (3 volumes, José Olympio, 1953) e *Viagem ao País dos Paulistas* (José Olympio, 1966).

Uma grande história da Câmara Municipal de São Paulo foi iniciada por Aureliano Leite e prosseguida por João de Scantimburgo, mas dela apenas dois volumes até agora vieram a público. Convém lembrar que as três grandes publicações históricas da cidade de São Paulo, os *Anais do Museu Paulista*, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e a *Revista do Arquivo Municipal* têm dedicado muitas de suas páginas ao passado paulistano, não apenas em artigos de colaboração, mas também na tarefa de divulgar documentos.

A natureza deste trabalho fez-nos limitar as referências bibliográficas aqui indicadas à cidade de São Paulo. Todavia, uma pesquisa referente a outras cidades do Brasil mostrará, tanto quanto no caso paulistano, o interesse das fontes municipais para a evocação de seu passado.

(13) Para um sumário de toda a obra de Afonso de Taunay, v. nosso livro Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil, ed. do Museu Paulista, 1977, comemorativa do centenário do grande historiador.

“A EVOLUÇÃO DA CULTURA DE UM HOMEM SE EVIDENCIA NOS LIVROS QUE LEU”

Antônio CÂNDIDO

(Trecho da conferência proferida em 5 de julho de 1989, na solenidade de inauguração da Biblioteca Central da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), a cujo acervo, incorporou-se, por doação da família, a valiosa coleção que pertenceu ao Dr. Aristides Cândido de Mello e Souza).

(...)

Com isto passo ao segundo tópico, relativo ao interesse que pode ter o estudo das coleções formadas por compra ou doação de bibliotecas pessoais, que chegam íntegras, com a sua fisionomia própria, sendo mantidas assim em vez de se dissolverem no todo. Por quê? Porque o estudo de tais coleções vem a ser um instrumento útil para investigar a formação das mentalidades num dado momento histórico. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível esclarecer a história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa.

Na inauguração de hoje temos dois exemplos, em dois níveis bem diferentes qualitativa e quantitativamente, pois serão abertos à consulta a notável biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, homem ilustre, cujo nome é um patrimônio nacional, e a modesta biblioteca doada por meus irmãos e por mim, compreendendo livros que pertenceram a nossos pais e a nós próprios. A respeito desta coleção, que conheço bem, tomo a liberdade de ilustrar o que sugeri, tentando re-

constituir através dela a evolução mental de meu pai no terreno das humanidades. No terreno da medicina, sua profissão, eu não poderia fazer o mesmo por falta de conhecimentos; e aliás a sua biblioteca médica foi doada em 1960 por minha mãe à Faculdade de Ribeirão Preto. Ressalvo que, tratando-se de história intelectual, é válido estudar não apenas a formação dos homens ilustres, como Sérgio Buarque de Holanda, mas também a de um simples profissional culto, do tipo que foi meu pai, Aristides Cândido de Mello e Souza.¹

Para fazer semelhante investigação é preciso conhecer mais ou menos a biografia do sujeito, mas mesmo quando esta falta no todo ou em parte, a verificação da entrada dos livros no acervo, pela data de aquisição, é elemento importante. No caso presente, levo a vantagem de conhecer a vida de quem formou e possuiu a biblioteca, cujos livros trazem freqüentemente elementos que permitem datar a sua aquisição. Um requisito básico seria que a biblioteca estivesse completa, o que não acontece com esta de que falo, pois ela inclui apenas parte dos livros de meus pais e equivale mais ou menos a um quinto de nosso acervo familiar. Mas como conheço o todo, posso trabalhar com a parte. E antes de proceder rapidamente à demonstração por meio de amostras significativas, repito os termos da minha sugestão: estudar a formação de uma cultura pessoal por meio da biblioteca, vista como estratificação de sucessivas camadas sedimentadas ao longo do tempo de uma vida, que pode servir de índice para o conhecimento da época. No caso de meu pai, vida relativamente breve, pois ele morreu com 56 anos, mas suficiente para se ter um panorama da adolescência à plena maturidade. E entre parênteses uma ressalva: não mencionarei as grandes obras clássicas que estão presentes em todas as bibliotecas de algum relevo e entraram na de meu pai desde o tempo do ginásio: as de Homero, Virgílio, Dante, Camões, Cervantes, Milton, Shakespeare, etc.

A primeira camada se formou aqui em Campinas, nos anos de 1901 a 1903, quando ele estudava no Ginásio do Estado, que mais tarde readquiriu o nome inicial de "Culto à Ciência". O local e data de compra dos volumes são freqüentemente reconhecíveis pela etiqueta da Casa Genoud e o carimbo que o adolescente apunha nas folhas de guarda ou do rosto. Há um núcleo de divulgação filosófica e científica, um núcleo de história e um núcleo de literatura. O primeiro deles é constituído por obras tributárias do evolucionismo e do materialismo corriqueiro, como *As mentiras convencionais da civilização*, de Max Nordau; *O homem e a ciência*, de Luís Büchner; os opúsculos de Herbert Spencer, como *Lei e causa do progresso*, *Classificação das ciências*, etc., tudo em

(1) Sobre o Dr. Aristides Cândido de Mello e Souza, ver em o nº 130 desta publicação (abril/junho de 1988) o artigo "Balanço positivo de uma vida", também da lavra do Professor Antônio Cândido.

traduções portuguesas. Em história, a obra completa de Oliveira Martins. Em literatura, Eça de Queirós, destacando-se *O crime do Padre Amaro*, anotado com lápis anticlerical, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira. Sem falar na grande novidade do momento, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que foi no moço ginásiano o impacto inicial dos problemas do País.

A este primeiro estrato campineiro formador se superpõe, de 1905 a 1910, um segundo estrato, agora carioca, que demonstra o amadurecimento do estudante de medicina. Os textos básicos que nutriam o materialismo evolucionista são nesta fase mais densos e importantes, todos em traduções francesas: *A origem das espécies*, de Darwin; *História da criação dos seres organizados*, de Haeckel; *Princípios de Biologia* e *Princípios de Sociologia* de Spencer, aos quais se junta o *Curso de Filosofia Positiva*, de Augusto Comte. O estudante consolidava o seu materialismo ateu e em literatura mergulhava nos cépticos e ironistas: Anatole France, Machado de Assis, Alphonse Daudet. O setor brasileiro era representado pelos críticos e sociólogos: Sílvio Romero, José Veríssimo, Manoel Bonfim - este, anotado com particular interesse.

Uma terceira camada se formou de 1911 a 1914, centralizada por uma estada do médico recém-formado na Suíça e na França, de dezembro de 1911 a dezembro de 1912. Nota-se uma acentuada inflexão nos interesses, surgindo a paixão pela obra de Ibsen, que ele adquiriu toda em tradução francesa; aparecem edições de Goethe e Schiller; os romancistas prediletos são agora de tendência analítica, como o esquecido suíço Edouard Rod, ou então reconstrutores simbólicos do passado, como Maxime Formont e Dmitri Merejkovski, este último, portador de um toque místico. Comparecem também os livros de Tolstoi e de escandinavos na moda, como Knut Hamsun e Selma Lagerlof, além dos italianos Verga e Fogazzaro. Traço novo são os livros sobre música e estética, de Édouard Schuré, Henri Lichtenberger, Camille Mauclair, Charles Lalo. Os filósofos lidos têm agora corte idealista, ao modo de Fouillée, Guyau, Boutroux, Séailles e alguns hoje esquecidos de todo, como Gabriel Dromard e o pai de Jean Paulhan, Frédéric Paulhan. As novas leituras mostram que a experiência européia estava fazendo o jovem médico sair do materialismo corriqueiro e do cepticismo. E que no terreno da poesia tinha adquirido o gosto, que iria perdurar, pelas *Flores do mal*, de Baudelaire.

O momento decisivo da camada seguinte, que é a quarta, são os anos de 1915 e 1916, quando ele fez o famoso curso de Manguinhos, sob a direção de Oswaldo Cruz. Então, não apenas reviu a sua formação científica em doze meses de trabalho intenso, mas descobriu os três autores que dali por diante seriam prediletos, a ponto de eclipsarem os

citados antes, salvo Ibsen: Dostoievski, Nietzsche e Bergson. Tendo partido do materialismo entremeado de cepticismo, tendo recebido a seguir certa influência do idealismo e do esteticismo, o jovem médico chega com trinta anos de interesse pela filosofia do impulso vital, aguçado pelo sentimento trágico e o senso das profundezas do ser, tudo resultando numa visão bem mais complexa da vida. Até o fim da sua, lerá e releerá esses autores, encontrando neles o alimento intelectual de que necessitava. E como era o tempo da Primeira Grande Guerra, a sua biblioteca se enche de obras sobre os problemas históricos, políticos e sociais ligados ao conflito. Livros de Bülow, Bernardini, Neumann, Tannenbergl, Le Bon, Levisse, Santayana, além de biografias e memórias dos generais de ambos os lados. Surgem também os livros sobre a Revolução Russa de 1917, de Kautski, Laudau-Aldanov, Roger Levy, biografias de Lenin e Trotski. Lê também então com grande interesse o poeta belga Émile Verhaeren e descobre Romain Rolland, cujo idealismo pacifista o atraíu e cuja obra adquiriu toda.

Quinta camada seria a dos anos que vão de 1920 a 1928, formada na maioria por autores brasileiros do momento, como Antônio Torres, Monteiro Lobato, Gilberto Amado, Gastão Cruls e outros, além das publicações sobre o momento político (objeto constante do seu interesse) e as obras de Oliveira Viana.

De novembro de 1928 a dezembro de 1929 Aristides de Mello e Souza passou mais um ano na Europa, atualizando os conhecimentos médicos; é curioso verificar que não entram nessa altura novos livros de filosofia, como se os de Nietzsche e de Bergson continuassem bastando. Em compensação, ocorre uma atualização da literatura francesa, com os livros de Marcel Proust, Paul Valéry, Paul Morand, Francis Carco, Jean Cocteau, Jules Romains entre outros, que formam a sexta camada de sua biblioteca de humanidades. Dali por diante não aparecerão mais nela, por sua iniciativa, novos livros de literatura em escala apreciável. Prefere ficar com as de crítica sobre Dostoievski e Nietzsche.

A sétima camada corresponde ao decênio de 1930, último de sua vida, pois morreu no começo de 1942. Avultam nela livros de tema político, que sempre apaixonaram esse democrata liberal. São obras sobre o nazismo e o fascismo, a Rússia soviética, o perigo da guerra, os problemas brasileiros do momento, além de muitos da grande produção que naquele momento se avolumou sobre a nossa história e vida social, como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre e os volumes de vária natureza da coleção "Brasiliana" organizada por Fernando de Azevedo na Companhia Editora Nacional.

No campo da filosofia, um traço novo: certo interesse pela obra de Keyserling, mas sobretudo pela dos existencialistas cristãos rus-

sos Berdiaev e Chestov, que conheceu através dos livros que escreveram sobre Dostoievski. Sobre Dostoievski, aliás, foi a sua última leitura, deixada em meio pouco antes de morrer: a biografia escrita por Henri Troyat, o primeiro a revelar em língua francesa os novos materiais informativos divulgados pela crítica soviética.

Com isto eu quis sugerir o interesse que pode haver na exploração das coleções, dentro das bibliotecas gerais, para o estudo da história mental de um dado período, através da sedimentação das leituras de uma pessoa representativa, eminente ou não. No caso de meu pai há um esclarecimento a fazer: a sua grande cultura humanística não substituiu a cultura médica, mas formou-se ao mesmo tempo que ela e com ela coexistiu sempre. De fato, a maioria absoluta de sua bibliografia era formada pelos livros de medicina; eram as leituras de medicina que ocupavam a maior parte do seu tempo e quanto a elas procurava estar rigorosamente atualizado. Uma segunda observação sobre o seu caso, esta de ordem geral: uma investigação como a que apenas sugeri serviria também para mostrar qual era o tipo de formação ideal visada pela sua geração de médicos - formação que naquele tempo de medicina relativamente menos científica era inseparável da cultura humanística. Era esta a tradição que vinha de Francisco de Castro e se manifestava de maneira brilhante em dois eminentes professores, ambos mortos precocemente na quadra dos quarenta anos, que influíram em meu pai na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: seu tio por aliança Pedro de Almeida Magalhães e seu cunhado Miguel Pereira, de quem foi interno, assistente e fiel discípulo.

Terminando, eu diria que uma investigação do mesmo tipo poderia ser feita em relação à biblioteca pessoal de minha mãe, da qual uma parte foi agora doada à Universidade Estadual de Campinas. Tal investigação mostraria de que maneira uma moça educada em colégio de freiras no começo do século XX passou das leituras "pour jeunes filles" a Paul Bourget, dele a Stendhal e Balzac, deste a Péguy, Claudel, Bernanos, Simone Weil; e de um catolicismo convencional à posição avançada do movimento Economia e Humanismo, através das revistas e dos livros dos dominicanos franceses renovadores. Mas isto seria ir longe demais nesta circunstância. O que desejei foi apenas aproveitar a inauguração desta nova Biblioteca a fim de sugerir o aproveitamento possível das coleções individuais para investigar a nossa história mental.

(Transcrito do "Jornal da Unicamp", agosto de 1989)

BARATA RIBEIRO: UM MÉDICO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Emeric LEVAL

O governo de Floriano Peixoto, que assumiu o poder após a renúncia de Marechal Deodoro da Fonseca, enfrentou séria turbulência política motivada, sobretudo, pela inteligência do § 2º do artigo 1º das Disposições Transitórias da primeira Constituição Republicana, quanto à necessidade ou não de realização de novas eleições, em virtude de o presidente resignatário haver deixado o cargo antes de completar dois anos de exercício.

A relutância do Vice-Presidente, apoiada pelo Congresso, que se pronunciou favoravelmente à legitimidade de sua permanência até o fim do quadriênio iniciado pelo proclamador da República (1891-1894), levou 13 generais a elaborar um manifesto enérgico exigindo eleição imediata, o que provocou a reforma imediata dos signatários do documento e a decretação do estado de sítio por 72 horas, com prisão e deportação de inúmeros civis e militares, em favor dos quais Rui Barbosa impetrou o célebre "habeas corpus" (1892), negado pelo Supremo, contra um único voto - do Ministro Pisa e Almeida.

Contudo, o caráter singular de Floriano, avesso às sutilezas jurídicas, revelou-se de maneira eloqüente quando da nomeação para a Suprema Corte, de dois generais do exército - Inocêncio Galvão de Queiroz e Francisco Raimundo Ewerton Quadros - e de um médico - Cândido Barata Ribeiro, visto que a Constituição de 91, exigia tão-só que os nomeados tivessem "notável saber e reputação, elegíveis para o Senado" (art. 56).

Assim, da combinação desse dispositivo da carta política com o artigo 72, § 24, do mesmo diploma, a autoridade nomeante poderia concluir, a primeira vista, pela viabilidade da nomeação, para membro daquela Augusta Corte de Justiça, de um indivíduo não diplomado por

faculdade de Direito, bastando que ele ostentasse notável saber, ainda que noutra área do conhecimento humano, e tivesse reputação ilibada.

A nomeação dos ilustres oficiais, feita nos penúltimos meses do mandato presidencial, pelos decretos de 20 de setembro e 16 de outubro de 1894, não se aperfeiçoou por falta de tempo para a devida homologação no Senado, como era de rigor (art. 48, § 12), tendo ambos, posteriormente, se destacado na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, Ewerton Quadros na ocupação de Curitiba, e Inocêncio Galvão de Queiroz na pacificação dos revoltosos, como emissário de Prudente de Moraes, ao assinar o armistício de Pelotas (1895).

A indicação do médico, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Joaquim da Costa Barradas - o mesmo que relatou o referido "habeas corpus" impetrado por Rui - verificou-se por decreto de 23 de outubro de 1893, tendo ele tomado posse no dia 25 de novembro e permanecido em exercício regular até o dia 29 de setembro do ano seguinte, ocasião em que a Câmara Alta negou aprovação ao ato presidencial, de sorte que Barata Ribeiro, mesmo sem possuir o título de bacharel em direito, pôde exercer o elevado cargo durante dez meses, favorecido pelo recesso do Congresso Nacional, em razão da Revolta da Armada, na Capital, chefiada pelo Almirante Custódio José de Mello.

A insólita nomeação de Barata Ribeiro para a Suprema Corte, assim que o decreto presidencial saiu publicado no Diário Oficial de 24 de outubro, motivou a renúncia - em sinal de protesto - do Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, que incontinenti devolveu à Secretaria de Estado, para onde não mais retornou, todos os papéis que tinha em seu poder e comunicou ao Marechal Vice-Presidente a razão porque deixava a pasta (cf. Rodrigo Octávio, "Minhas Memórias dos outros", 1ª série, págs. 99 e 100).

Foi o insigne João Barbalho, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal, quem relatou na Comissão de Justiça e Legislação do Senado, em sessão secreta de 24 de setembro de 1894, o parecer da lavra de Campos Salles (cf. Célio Debes, "Campos Salles - Perfil de um Estadista", vol. 2, pág. 43), que fixou a correta inteligência do artigo 56 da Constituição, em face da representação formulada pelos magistrados do Distrito Federal.

Frisava o relator do parecer, que o "notável saber", de que trata o texto constitucional, não pode deixar de ser senão o relativo ao ramo dos conhecimentos humanos pertinentes à competência do alto tribunal, pelo que, para alguém ser nomeado ministro daquela Egrégia Corte, não basta ser jurista, mas se mostrava necessário que fosse notável por seu saber nas matérias sobre que versam as funções do tribunal.

Tal adjetivação, especificativa de conhecimento jurídico, foi objeto da reforma constitucional de 1926, no governo de Artur Bernardes, através da emenda nº 45, depois retirada (cf. Castro Nunes, "Teoria e Prática do Poder Judiciário", 1943, pág. 182), que acabou sendo inserida, todavia, na Constituição de 1934 (art. 74) e depois na Carta de 1937 (art. 98) e mantida na Constituição de 1946 (art. 99) e na atual (art. 118, + único), requisito esse que Pedro Lessa considerava implícito no texto constitucional de 1891, dada a natureza da função exercida pelos juízes (cf. "Do Poder Judiciário", 1915, pág. 28).

Cândido Barata Ribeiro, baiano de Salvador, onde nasceu a 11 de março de 1843, destacou-se no desempenho de vários cargos de relevo na administração pública, antes e depois de ser Ministro do Supremo Tribunal, tendo sido diretor do serviço médico e cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, onde residiu algum tempo, como refere Lycurgo de Castro Santos Filho, em sua apreciada "História de Medicina no Brasil" (2º vol., pág. 290), e lente por concurso da cadeira de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Foi também, por nomeação do Marechal Floriano Peixoto, o primeiro Prefeito do Distrito Federal, após a lei que lhe deu relativa autonomia (1892). Nesse cargo, além da conservação de estradas que facilitavam o abastecimento de víveres à população, dispensou maior atenção à política sanitária, sendo célebre, em sua administração, o desmantelamento de um cortiço conhecido como "cabeça de porco", infestado de marginais e localizado nas proximidades da estação D. Pedro II (cf. "Memorial do Rio de Janeiro", de Ferreira Rosa, in Arquivo do Distrito Federal, vol. II, 1951, págs. 192-193).

Na juventude, o neto materno de Cipriano José Barata de Almeida (cf. Sacramento Blake, "Dic. Bibliográfico Bras.", 2º vol. pág. 26), foi ardoroso defensor da causa da abolição e propagandista da República, que ajudou a implantar, como partícipe da famosa Convenção de Itu, na então província de São Paulo (1873), juntamente com seu irmão Cremildo Barata Ribeiro, além de ter sido eleito para o Senado, pelo Distrito Federal, no período de 1900-1908.

Na véspera da célebre reunião dos republicanos, segundo episódio relatado por Cesário Mota em suas "Recordações Históricas" e reproduzido por José Maria dos Santos no livro "Os Republicanos Paulistas e a Abolição" (pag. 134). Barata Ribeiro, usando da palavra no ato da inauguração da Estrada de Ferro Itu-Jundiá, junto da tribuna oficial armada à porta da estação, exalta as virtudes da iniciativa privada em contraste com "a absorvente e custosa ação governamental", terminando seu discurso com a frase "um dia o povo é Rei", a qual deixou perplexo o Presidente da Província, João Teodoro Xavier, presente à cerimônia que, visivelmente contrariado, tratou de dá-la por encerrada.

Contraditoriamente, e empolgado pelo credo positivista, que exaltava a liberdade de opinião e o primado da vontade individual sobre o social, o Senador Barata Ribeiro, ao lado de Rui Barbosa, Joaquim Murinho, Barbosa Lima, Lauro Sodré e tantos outros, opôs-se com veemência à aprovação do projeto de lei que tornava obrigatória a vacinação antivariólica, no Governo Rodrigues Alves, em detrimento do plano elaborado pelo Diretor da Saúde Pública, Osvaldo Cruz (cf. Afonso Arinos de Melo Franco, "Rodrigues Alves", vol. 1, págs. 390-395), cuja regulamentação - atribuída ao notável higienista - foi o pretexto para a eclosão de lamentáveis distúrbios populares na Capital do País, em novembro de 1904, com o envolvimento dos alunos das escolas militares, principalmente da Praia Vermelha.

Conhecido clínico e conceituado professor, Cândido Barata Ribeiro pertenceu à Academia Nacional de Medicina e à várias associações científicas do País, tendo escrito, após deixar a efêmera judicatura, já na qualidade de patrono de um célebre homicida de Campinas (José Pinto de Almeida Júnior, que matou o capitalista Victorino de Menezes), o opúsculo "Controvérsia sobre os limites da defesa nas revisões extraordinárias" (1897), em que postula o direito de sustentar oralmente as provas da defesa do réu, naqueles feitos, posto que o regimento interno do Pretório Excelso, então, era omissivo a respeito.

Deixou ainda inúmeras obras de sua especialidade médica, merecendo destaque, entre outras, a tese sobre "As Causas e Tratamento da Retenção de Urinas" (1867), "Medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro" (tese de concurso, 1877), bem como "Jurisprudência Médica", publicada em 1888 e "Resistência Legal", dado a lume em 1901.

Escreveu ainda "O Segredo do Lar", drama em quatro atos, levado à cena pela primeira vez no Teatro Lucinda a 6 de setembro de 1881, além de relatórios e discursos acadêmicos.

Cândido Barata Ribeiro, que foi casado com dona Ana Borges Barata Ribeiro e deixou descendência, faleceu aos 10 de fevereiro de 1910 no antigo Distrito Federal, quando contava 67 anos incompletos, sendo sepultado no cemitério São João Batista.

MÁRIO DE ANDRADE E O FOLCLORE

Vasco MARIZ

A obra folclorista de Mário de Andrade é menor e menos importante do que habitualmente se imagina. Sem dúvida, envelheceu mais depressa do que sua notável obra musical. O primeiro estudo de caráter folclórico está datado de 1928, isto é, depois da primeira viagem de pesquisas realizada no ano anterior. Tinha 35 anos já e, ao iniciar suas atividades de folclorista, havia escrito nada menos de nove trabalhos musicais. O *Ensaio* é do mesmo ano e *Macunaíma* do anterior. Redigiu somente 18 estudos folclóricos, muitos dos quais foram reunidos posteriormente por Oneida Alvarenga nos três volumes das *Danças Dramáticas do Brasil* (388 + 208 + 326 páginas, Livraria Martins, São Paulo, 1959), o que, em verdade, supera, em número de páginas, os trabalhos musicais e de outros setores de sua criação. Reavaliemos sua contribuição neste setor.

Seus primeiros estudos folclóricos são de 1928: *Romance do Veludo* e *Lundú do Escravo*, ambos publicados em *Música, Doce Música*. Nessa obra são procedidos por eloqüente introdução, que não resisto a tentação de reproduzir: “Não sou folclorista não. Me parece mesmo que não sou nada, na questão dos limites individuais, nem poeta. Sou mas é um indivíduo que, quando senão quando, imagina sobre si mesmo e repara no ser gozado, morto de curiosidade por tudo o que faz mundo). Curiosidade cheia daquela simpatia que o poeta chamou de ‘quase amor’. Isso que permite ser múltiplo e tenho até impressão que bom. Agora que princípio a examinar, com o deficiente conhecimento meu, certos documentos folclóricos, tenho mesmo que afirmar estas coisas verdadeiras. Provam meu respeito pela sabença alheia e afirmam meus direitos de liberdade”.

Os trabalhos folclóricos de Mário têm provocado debate entre os especialistas, os quais, à medida que passam os anos, divergem sensivelmente de suas conclusões ou orientação. Oneida Alvarenga, sua cria intelectual e “irmã-pequena”, ficou com a pesada responsabilidade

de ordenar e publicar sua principal obra, *Danças Dramáticas do Brasil*. Na sua experiência de boa folclorista e melhor amiga, talvez tenha podido algumas arestas com discrição e até conceitos que envelheceram demais. Adiante entraremos mais a fundo na “permanência” da obra folclórica de Mário, que sofreu o natural desgaste do aprimoramento não só dos meios técnicos, quanto dos métodos científicos de pesquisa.

Luiz Heitor, em Paris, contou-me manter todo o seu respeito pela obra folclórica do amigo. Considera que ele fez análise profunda do nosso populário e julga que, depois de Mário, os trabalhos sobre o folclore musical têm sido mais descritivos que analíticos. Recorda que Mário chegou a ser criticado por gastar fundos do Departamento de Cultura fora do seu Estado, ao mandar fazer pesquisas no Nordeste em duas ocasiões. Tais pesquisas estão na Discoteca Pública de São Paulo e uma cópia pode ser encontrada em Paris no Museu do Homem. Considera Luiz Heitor que os trabalhos folclóricos de Mário de Andrade revelam a sua grande honestidade intelectual, ao lado de uma certa insegurança, conseqüência talvez de exagerada autocrítica. Em verdade, Mário dificilmente chega a conclusões definidas: deixa sempre uma dúvida, não conclua talvez por aquela honestidade. Por vezes, chegava a atrasar uma publicação só para aperfeiçoá-la uma vez mais.

O terceiro estudo do escritor paulista foi *A Influência portuguesa nas rodas Infantis*, publicado em *Música, Doce Música*, e foi uma memória para o Congresso Internacional de Arte Popular realizado em Praga, em 1929. Aí defende a tese de que existe nítida diferença entre o canto adulto e o das crianças, que considera ainda estritamente vinculado a Portugal. No mesmo ano, publicava na *Revista de Música*, de Buenos Aires, um pequeno artigo sobre *Danças Dramáticas*, título hoje assaz polêmico. De 1930 temos o excelente artigo sobre as *Origens do Fado*, que julga brasileiro; em 1932, produziu *Berimbau e Romanceiro de Lampeão*; de 1933 é a conferência *Música de Feitiçaria*, aproveitada posteriormente por Oneida; de 1934, os quatro artigos de grande mérito dedicados aos *Congos*, auto popular afro-brasileiro, de que realizou pormenorizado estudo histórico, social e musical. Do mesmo ano é a introdução aos *Estudos de Folclore*, de Luciano Gallet.

Também de 1934 foi a palestra feita na Sociedade de Cultura Artística intitulada *A Música Popular e a Música Erudita*. Destaco a distinção que Mário fazia da música denominada por ele “popularesca”, uma espécie de “submúsica, carne para alimento de rádios e discos, elemento de namoro e interesse comercial com que fábricas, empresas e cantores se sustentam, atucanando a sensualidade fácil de um público em via de transe”. Reconhece porém que, por vezes, “aparecem coisas lindas ou tecnicamente notáveis, mas noventa por cento desta produção é chata,

plagiária, falsa. (...) É uma espécie de arte de consumo, tão necessária e tão consumível com o leite, legume, perfume e sapatos (...) A obra é esquecida e substituída por outra. E como o artista só vive em função da obra que criou, também é usado, gastado e em seguida esquecido substituído por outro". Como tudo isso parece atual em nosso consumismo televisivo dos anos oitenta!

Devo lembrar que Mário de Andrade tinha a intenção de fazer um dicionário de folclore musical e já redigira, ao falecer, mais de mil fichas. Mas voltemos à cronologia folclórica: de 1937 é o exaustivo estudo sobre *O Samba Rural Paulista*, uma das obras que se sustentam até hoje, considerada por alguns como ponto mais alto da obra musicológica do mestre. Antes porém, em 1935, fizera bonito estudo sobre a *Nau Catarineta*, incluído por Oneida em *Danças Dramáticas*. Os trabalhos de nºs 15 e 16 foram *Terapêutica Musical e Medicina de Excretos*, editados pela Livraria, Globo, de Porto Alegre. *As Cheganças* foram de 1939 e estão também incluídas naquela obra póstuma citada. Sua última peça, a 18ª, teve também divulgação atrasada e intitulou-se *O Folclore no Brasil* (1949).

Não importa o que se possa dizer hoje do envelhecimento da obra folclórica de Mário de Andrade e concordo com Rossini Tavares de Lima, que o considera como "um dos poucos escritores brasileiros que tiveram consciência da importância do folclore para a realização da obra de arte. Foi dos primeiros a compreender que a "arte que não tem raízes folclóricas, populares, nunca terá consistência". Aliás, um pormenor curioso revelado por Telê Porto Lopez é que Mário sempre grafava a palavra folclore com sílaba tônica fechada - folclôre - conforme a pronúncia original inglesa.

Um dos mais pormenorizados estudos sobre a contribuição de Mário de Andrade para o folclôre brasileiro foi feito por Florestan Fernandes e dele extraio alguns conceitos. Seu esforço criador foi paralelo com os trabalhos de Luciano Gallet e exerceu-se em um novo campo de investigações: a pesquisa e a análise do folclore musical. Então chegamos à encruzilhada de avaliar o que é o "folclorista-de-gabinete" e o que é "folclorista-de-campo", e o debate fica azedo. Na minha incultara folclórica, do "quasi amor" poético, julgo que ambos tem alto mérito e ambos podem contribuir valiosamente para nossa literatura especializada. Não aceito, portanto, a argumentação de que Mário foi sobretudo um "folclorista-de-escritório" e concordo com Florestan, que o caracteriza como "autêntico pioneiro, consciente de suas responsabilidades e de suas limitações". Também concordo com ele que, "se tomássemos o termo num sentido restrito do folclorista de formação científica, Mário de Andrade não era folclorista". Aliás, ele é o primeiro a dizê-lo, conforme citei anteriormente palavras suas. Florestan julga que Mário apro-

xima-se da orientação de Silvio Romero, procurando determinar a proveniência imediata dos elementos do folclore brasileiro e “mais importante é a sua contribuição ao estudo das fontes do nosso folclore musical. Se a sua obra não é vultosa no terreno do Folclore e sofreu o desgaste natural do tempo e do progresso da ciência, sua contribuição é altamente qualitativa.”

Desejo terminar esta rápido comentário de seus trabalhos folclóricos com palavras de importante crítica elaborada pelo ilustre folclorista Edson Carneiro sobre a aparição, em 1959, da versão coordenada por Oneida Alvarenga de *As Danças Dramáticas do Brasil*. Considera ele que os estudos recentes do populário “se fizeram contra algumas de suas mais diletas orientações”. Reconhece Carneiro porém que, para expor seus pontos-de-vista, “Mário de Andrade teve de fazer um *show* de erudição que dificilmente os seus predecessores poderiam superar na espécie”. (...) No entanto, “enquanto durou sua exibição de cultura - vasta, orgânica e profunda cultura por sinal - Mário fez história e não folclore”. Mas ao mesmo tempo que ele, ilustrava o trabalho de gabinete, endeusava porém a pesquisa: “rasgando amplos horizontes ao futuro”. Julga porém Édson Carneiro que, quinze anos após a sua morte (escrevia isso em 1959) “a publicação dos três volumes das *Danças Dramáticas* marca bem a distância a que ficou dos pesquisadores atuais”. A sua concepção foi sendo abandonada e, “em vez de continuar a história dos folguedos, que já nos chegaram prontos e acabados da Europa, investigaram-se as transformações deles no Brasil, as suas recomposições em folguedos novos, o folclore *in statu nascendi*, enfim as contribuições da sociedade nacional para as diversas formas que assumiram no tempo e no espaço. (...) O folclore fez as suas despedidas das “humanidades” para tentar o reconhecimento como uma das “ciências sociais”. Para este desfecho, que não podia prever, Mário de Andrade contribuiu muito pouco”. Se 30 anos atrás, *As Danças* já pareciam ultrapassadas a Edson Carneiro, hoje pode-se concluir que a distância aumentou.

*

Adendo.

Depois que este estudo já estava feito, apareceram mais dois livros de Mário de Andrade no terreno do folclore, ainda inéditos até

recentemente, e cujas edições ficaram a cargo de Oneida Alvarenga: *Os côcos* (1984) e *As Melodias do Boi e outras Peças* (1987). Ambos foram publicados pela Livraria Duas Cidades, em convênio com a Fundação Pro-Memória e o Instituto Nacional do Livro. Esses dois valiosos estudos se beneficiaram da organização e da apresentação de Oneida, discípula dileta do mestre. O suplemento "Cultura" de "O Estado de São Paulo" divulgou oportunamente comentários sobre esses trabalhos, redigidos por Arnaldo Senise.

Finalmente, está prevista para o fim do ano corrente a publicação do *Dicionário do Folclore*, que Mário deixou incompleto. A edição está a cargo de Flávia Toni e o editor é a Livraria Itatiaia, de Belo Horizonte. Já vi as volumosas provas do dicionário, que certamente vai despertar muito interesse e talvez polêmica entre os especialistas. Tudo isto prova que Mario de Andrade continua bem vivo (apesar do desgaste do tempo decorrido) no terreno do folclore, sua paixão maior.

IMAGEM DE GUILHERME DE ALMEIDA

Israel Dias NOVAES

Nestes dias do centenário de Guilherme de Almeida, acodem-me episódios de sua vida e atividade, trechos de conversa, a sua presença, enfim. Convivemos pouco, mas intensamente. Guilherme era poupado em confidências. O equilíbrio da obra refletia a magnífica harmonia da sua personalidade. Aristocrático, mais propenso a ouvir do que a falar, impecável na roupa e nas idéias, somente ocasiões excepcionais poderiam propiciar um jorro maior de juízos e impressões.

Pois a nós se ofereceu, certa feita, e em circunstâncias especialíssimas, oportunidade desse gênero. Daí nasceu também uma amizade que tenho sempre presente.

O poeta era gentil e cordial. Sabedor das agruras que a luta política representa, mormente para aqueles que só dispõem do próprio esforço para travá-la, acedeu em dar conferência na Semana de Amadeu Amaral que instituíramos em Capivari, terra natal do grande artista da última geração parnasiana. Prestigiava assim, incomparavelmente, uma iniciativa às voltas com a própria afirmação.

- Não estou viajando mais - dissera logo no telefone, quando do convite inicial. Mas, como fugir do Amadeu, orientador dos meus primeiros passos, incentivador da publicação do "Nós" e a quem sucedi na Academia Brasileira... Irei, de qualquer maneira.

Capivari, 180 quilômetros de São Paulo, passagem pela terra natal de Campinas... Dificilmente poderia o poeta esperar tamanha efusão da parte de uma pequena e recatada cidade. Encheu-se o vasto salão de uma mocidade atenta e entusiástica. O encontro de Guilherme de Almeida com a sombra de Amadeu Amaral emocionou o velho burgo paulista.

Retornamos na mesma noite. Guilherme, tocado pela acolhida, durante toda a viagem de volta mostrou-se aberto em julgamentos e revelações. Momento raro, por nós gulosamente aproveitado. Retinha na memória todos os versos produzidos em sessenta anos de

labor artístico. Dizia-os admiravelmente, com voz meio rouca. Descrevia-lhes a elaboração, iluminava de luz nova os poemas em que engastavam.

- Ah! Esse é meu melhor livro. Nada do que veio depois se lhe compara.

Referia-se, surpreendentemente, ao *Livro de Horas de Soror Dolorosa*, publicado nos começos de sua notoriedade, em 1920, bela edição ornada de vinhetas de Wash Rodrigues. - Outra obra que amo é a *Poesia Vária*, onde se incluem alguns dos poemas mais difundidos, os "hai-kais" e a Camoniana.

Em palavras compassadas, disse então - num tom que não será esquecido - a "Segunda canção do peregrino": - "Vencido, exausto, quase morto, - cortei um galho do teu horto - e dele fiz o meu bordão"... Baby sua mulher, socorria as hesitações da repetição: "Pois nem fantasmas, nem correntes, - nem salteadores, nem serpentes - prevaleceram no meu chão"...

*

Reposto esse episódio antigo, conjecturo sobre a pessoa e a obra de Guilherme de Almeida, nestes 20 anos transcorridos da sua morte.

Como o vemos hoje? Vivemos decênios de preocupação e desencanto. A míngua de reedições do poeta responde em parte por sua ausência nas livrarias, com as óbvias conseqüências. Guilherme de Almeida é um mundo de inteligência, sabedoria e sensibilidade. Sua "fortuna crítica", ainda não levantada de todo, registra o alcance de sua mensagem no pensamento brasileiro.

Nasceu o poeta em Campinas, a 24 de Julho de 1890. Sob bons auspícios: seu pai, catedrático de Direito, detinha invulgar formação humanística. Fez-se logo o professor Estevão de Almeida o orientador cultural do filho, o que explica o gosto deste pela cultura clássica, sobretudo o latim e o grego, que versava, permitindo-lhe mesmo traduções.

Resuma-se o seu itinerário pessoal: bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1912, estreiou em 17 com o livro "Nós", participou empenhadamente da Semana de Arte Moderna, em 1922; em 1928 ingressou na Academia Paulista de Letras e dois anos após na Academia Brasileira; voluntário na Revolução Paulista de 1932 e no curso desta redator e diretor do "Jornal da Campanha"; marcou-se para sempre pela guerra paulista, que lhe custou prisão e banimento por um

ano; “fez-se nos meses de luta o seu cantor. Fundou jornais e os dirigiu; jornalista a vida inteira, presidiu a Associação Paulista de Imprensa; presidiu a Comissão do 4º Centenário de São Paulo, em 1954; em 58, foi ungido, em consenso nacional, “Príncipe dos Poetas brasileiros”, sucedendo a Bilac, Alberto de Oliveira, Olegário Mariano; pioneiro da crítica cinematográfica no país e da crônica social na imprensa; morreu em São Paulo, na sua casa da rua Macapá, a 13 de julho de 1969, a onze dias dos 79 anos... Sua obra geral supera os 70 volumes.

Mas, afinal, quem foi Guilherme de Almeida? De certa forma, foi dos maiores no Brasil. Emergiu literariamente de forma rumorosa: seu livro inaugural *Nós*, série de sonetos líricos a relatar uma história, de escassa edição custeada pelo prof. Francisco Morato, amigo de seu pai, passaria por ameno registro não fosse o destampatório promovido por um crítico acêso no Rio. Antonio Torres, áspero colunista de boa audiência, invectivou o magro volume com tal destempero - chamou-o “*Bacilus Lyricus*” - que suscitou pronunciamentos de desagravo da parte de escritores de nomeada na época.

Com tudo isso, esgotou-se *Nós*. Guilherme estava lançado. Nome nacional!

No caso do nosso poeta, a boa poesia deu-lhe tudo, inclusive a esposa. Vale relatar a história: - Morando no Rio, passou Guilherme a receber cartas sobre cartas em francês, de uma desconhecida. Compreensão total da sua obra. Conheceram-se afinal e se casaram em 1923, Guilherme e Belkiss Barroso do Amaral, moça de realçada presença na sociedade carioca. “Baby” fez-se a companheira ideal do poeta, sua musa permanente. Em Guilherme atendia a Providência o apelo de Gonçalves Dias: “Dá-me, Senhor, uma mulher que escute o meu silêncio”... Baby era bela, alta, clara, elegante, culta. Sobreviveu ao marido por muitos anos, vindo a falecer no ano passado.

Morou o casal algum tempo num apartamento da rua Pamplona, até que em 1943 assumiu a morada definitiva, na rua Macapá, altos do Pacaembú. Guilherme edificou a casa conforme delineamento antigo: com uma “água-furtada”, contida em paredes à prova de som. Ampla janela para os espigões paulistanos. O poeta tinha assim a coruscante e vigorosa paisagem paulistana a inspirá-lo. Isolava-se na mansarda pela noite a dentro, como a lembrar a advertência de Leonardo: “Se tu sarai solo, tu sarai tutto tuo”...

*

A leitura de *Messidor*, de 1919, revela uma série de 9 sonetos marmóreos, parnasianíssimos.

Serão eles por certo, os mais fiéis à linha de Herédia e obedecem ao título geral de “Poemas de Aço”. Respondem pelo juízo, expedido por leitores menos atentos, de que Guilherme era um néo-parnasiano. Ressalte-se a propósito que o poeta, com os “Poemas de Aço”, deu por paga a sua dívida para com essa estética. Não reincidiria nela. Focalizemos um desses tresnoitados sonetos, em alexandrinos, “Cavaleiro do Amor”:

Cavaleiro do amor, sobe à armaria e cinge
o teu saio de malha, a eril sapata e o guante!
Arrocha o arnés, empluma o casco, ergue o montante
e enjaula, na viseira, o teu olhar de esfinge!
Vem, desce ao pátio e monta o teu corcel possante;
enrista a lança audaz que roça a adarga e ringe;
transpõe o fosso - e vai, e verte o sangue, e tinge
de golpes teu brasão, ó Cavaleiro andante!
Vai, vence! E, vencedor, dirás: “Eu, se fui forte,
se desprezei a vida e se afrontei a morte,
é que amei, é que amei como ninguém mais ama!
E fiz, pela paixão que neste peito encerro,
meu arnés mais tenaz que o meu amor de ferro,
meu gládio mais fatal que o olhar da minha dama!

Como todo artista cioso da condição, Guilherme de Almeida submetia-se ao termo exato. Nos “Poemas de Aço”, chega a impressionar pela precisão vocabular no tocante a objetos e situação medievais.

Explica-se: era ele versado na ciência e na arte da heráldica. Fez conhecer essa propensão, tão ligada à sua própria maneira de ser. O escritor requintado, encantou-se pela ciência dos braços e dela fez-se mestre. Sempre que necessário, exhibia ele conhecimentos de heráldica. Doutrinava. E, mais: fez-se “rei d’armas”, título dos elaboradores de braços e o poeta o era, de maneira incontrastável.

São-lhe devidos, entre numerosos outros, os brasões de São Paulo, Brasília, Embu, Petrópolis, Volta Redonda, Londrina, Guaxupé. Os desenhos de muitos foram confiados a Wash Rodrigues e a Renato Zamboni. Com Wash elaborou o brasão paulistano, que tinha como divisa “Non ducor duco”, “Não sou conduzido, conduzo”. Eram-lhe devidos emblemas e divisas. Nos meses finais de vida, projetou a bandeira de Brasília. No mesmo campo artístico, admirava os vitrais e o teor de muitos deve ser-lhe atribuído. Vê-se que tudo isso explica os heráldicos poemas de aço de “Messidor”.

*

Recordemos Guilherme de Almeida na Semana de 22. Atuação questionada por força da agitada presença dos dois Andrades e

de Menotti. Setenta anos depois, podemos tranquilamente assegurar que o poeta deu o que lhe era possível e próprio. Dentro da sua condição. Ele era um clássico e um erudito. Apóstolo da arte por ele chamada limpa, da obra como resultante de longa paciência e não só da inspiração. Definiu-o acertadamente Tristão de Ataíde: Guilherme foi o girondino da Semana. Seu papel, desempenhou-o ele mais no preparo e na consolidação do movimento do que nas três sessões de Fevereiro. Declamou duas canções gregas perante a rugidora assistência do Teatro Municipal, “O discóbulo” e “As Galeras”. Sintomaticamente, não foi vaiado... Eis “As Galeras”:

Eu vi passar no mar ilustre as grandes naves,
as galeras guerreiras, que vieram de longe:
elas cravaram no céu os monstros audazes
e fincavam nas águas a espora de bronze.

Eram brancas e belas
E dentro delas
Havia homens que eram fortes como as espadas
e altos como as quilhas.

E os seus olhos contavam que havia ilhas
grandes e verdes como as esmeraldas,
onde as sereias
dormem, inflamadas ao sol, sobre as areias
ou cantam canções longas,
pelas cem mil bocas das ondas...

As galeras passaram. E, de noite, quando,
cheia dos meus pensamentos ligeiros,
a lua submarina foi mostrando
a ponta clara sobre o mar, pensei que ela era
uma galera cheia de guerreiros...

Não poderia ser mais característica essa participação. Poemas de texto clássico, numa hora de pregação nacionalista exacerbada; de requinte formal, nobre vocabulário, ritmo impecável. Abria mão apenas da métrica. Nada do poema-piada ou da forçada oralização e desfiguração do idioma. A este, amava o poeta entranhadamente. Nada, a seu ver, justificaria inovações popularescas. O Girondino...

*

Dissemos que o poeta empenhou-se na consolidação do ideário da Semana. Fê-lo através de três medidas práticas: fundou e

coordenou "Klaxon", mensário explicativo do modernismo; deu conferências em Porto Alegre e no Nordeste; finalmente, lançou dois livros de índole modernista: *Meu* e *Raça*, nos anos subseqüentes à Semana. Guilherme deles dizia serem os seus primeiros empreendimentos brasileiros. A *Meu* denomina livro de estampas. Já *Raça* inclui-se no que de mais realizado produziu o poeta; firma-se, esse formoso, rítmico, bravo poema, no mais inspirado relato da descoberta e da formação racial do Brasil. Livro comovente, empolgante.

Pois aí temos "Klaxon", que pelo nome não se perca, pois era o rótulo das estridentes buzinas externas dos rangentes automóveis da época. "Klaxon"!

"Klaxon" sobreviveu sabe bem Deus como: financiado por Guilherme e seu grupo. Ao poeta coube logo desenhar, modernamente, a capa, o que fez com competência. Incumbir-se-ia também das ilustrações comerciais, de grande originalidade. "Klaxon" viveu o tempo gestatório: Nove meses: de maio de 1922 a janeiro de 23, quando se lhe partiu o cordão umbilical.

Teve a revista notória influência. Todos os núcleos avançados do país liam-na, interessados. O tom era polêmico. Antonio Carlos Couto de Barros, Tácito de Almeida, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Luiz Aranha integravam o corpo redatorial, desnecessitado de diretores, órgão coletivo que era. Aos tropeços lá foi "Klaxon" até janeiro, quando apareceu o número duplo 8/9. Esse, mais alentado, contrafez os redatores. Deu-se que Graça Aranha chegou do Rio em dezembro e sugeriu aos rapazes da "Klaxon" que dedicassem à sua pessoa e obra o volume em elaboração. A modestia do autor de *Canaan* foi dicutida dias a fio na salinha da redação, na rua Direita. Os mais tímidos toparam de pronto, enquanto outros limitaram-se a dedicar poemas ou crônicas à figura do escritor. Com isso tudo, "Klaxon" morreu.

Pois, se a Semana obteve repercussão interna, seu mensageiro "Klaxon" correu muito pelas páginas de crítico literário e artístico de renome internacional.

Ramon Gomez de la Serna, no alentado volume do livro *Ismos*, registrou-o em várias páginas, promovendo-o (a Revista, não a Semana) a escola literária: o "Klaxismo": "Una de las ultimas escuelas literárias - nunca se puede decir la ultima - que pegar en el album de los Ismos es el Klaxismo" - diz Ramon, para logo mais prognosticar: "El Klaxismo pasará por etapas mui diversas, como le sucedió al clasicismo, o

quizá en el futuro, después de olvidado, durante una temporada el "Klaxon" surja el neoklaxismo"...

*

Guilherme de Almeida amava a língua portuguesa, ficou dito. Estudou-a, envolveu-a, sopezou-a, enriqueceu-a. Sim: enriqueceu-a. Retomou a lição dos poetas medievais, e à maneira deles elaborou canções que eles poderiam, orgulhosamente, assinar. Observe-se para exemplificar, esta "Cantiga dos olhos que choram", que reverencia Garcia de Rezende:

"A meu corpo perguntára
(poys que triste nada achára
mays do que eu):

"Esses olhos tam somente
"porque choram tristemente,
"corpo meu?

"Nam tem lagrimas a boca
"que tanta palavra louca
"disse a alguem;

"& o coraçam tam coytdo,
de tâta cousa alôgado
"nam n'as tem;

"nem as ha na mão duryda
"que teve na despedyda
"tâto dó...

"Porque assy só os olhos choram;
"Porque he que as lagrimas moram
"neles só?..."

-He que os olhos sam janelas
& ha duas meninas nelas,
sempre envam.

He que as meninas-dos-olhos
nos olhos e só nos olhos
he que estam...

Gonçalves Dias antecipara-se a Guilherme, ao elaborar as *Sextilhas de Frei Antônio*.

*

Vejamos agora a série de sonetos juntados na *Camonfana* e que, conforme assegura Sergio Milliet, pode ser sem desdouro posta ao

par do imenso poeta luzitano. Ouçamos esta amostra, o Soneto IX do elenco de 26:

Claros fios de prata em minha frente,
que tanto me abreviais a vida breve
e os dias, que me leva o tempo leve
e que eu não quiz contar, mandais que conte:

Se até mesmo do pranto a pura fonte,
porque verter não possa quanto deve,
vosso frio rigor converte em neve,
quem há aí que vos fuja, ou vos afronte?

Esqueceste, entanto, brancos fios,
que, quanto mais sois brancos, e mais frios,
mais própria em vós se espelha a maravilha
de um sonho meu de luz, doirado e eterno:
pois o sol é mais sol quando é inverno:
e a nave é neve quando brilha.

Como se vê, o clima, o espírito de Camões. Nunca a cópia nem mesmo a paráfrase. Camões por sua vez não era tão cauto, como se depreende dos versos de Patrarca; “Esta anima gentile che se disparte, ansi tempo chiamata a l'altra vita”...

*

Com o tempo, foi a poesia de Guilherme de Almeida se verticalizando, embora ainda passasse por reincidências na frivolidade, a que se apegam tantos bípedes implumes, para depreciar a obra geral de um dos maiores talentos literários da língua, em todos os tempos. Guilherme passou a enxugar o seu poema, a condensá-lo, a comprimi-lo... O máximo desse diuturno esforço de concisão resultou nos Hai-Kais e nas chaves-de-ouro avulsas. Conheceu ele o gênero nipônico através da tradução possivelmente de Fitzgerald. Fixou-se no cultor mais conhecido, Bashô. Partiu logo a seguir para a elaboração de poematos próprios, valorizando-os com a introdução de rimas, inexistentes nos japoneses. O espírito, respeitou-o Guilherme, que é o de celebrar a natureza: não são experimentos líricos. Dezessete sílabas em três versos: o 1º de 5, o 2º de 7, e o 3º de cinco.

Em Guilherme, o 1º e o 3º rimam entre si, enquanto o segundo registra rimas internas, assim retomando o pouco utilizado verso leonino.

Muito se aborreceu o poeta com a resistência de leitores a seus haikais. “Guilherme agora faz charadas”, ajuizou certo fã do fácil e do rasteiro na poesia. Obviamente, algum hermetismo marca o hai-kai, pela sua própria natureza. Alinhemos dois: “Sabedoria”: “Uma ave, poisada/ no para-raio, olha para/ o céu. E há trovoada”.

“Campos do Jordão”: “Vão duas meninas/ de “sweater” de lá. Cheira a éter./ Ondas de colinas”.

Tenho um episódio a relatar no capítulo dos hai-kais de Guilherme de Almeida.

Estávamos no Japão, precisamente em Tóquio, membro de comitiva parlamentar em visita, até que chegamos ao ponto alto: audiência com o príncipe Akihito, herdeiro do trono (já agora Imperador). Formados em fila os deputados, ante eles caminhava o Príncipe, cumprimentando-os e cambiando medidas. Chegada a minha vez, achei indispensável dizer algo ao herdeiro do trono:

- Em meus país há um cultor incomparável do hai-kai, alteza.

Akihito deteve-se ante a notícia do intérprete e interessou-se. Pediu pormenores. Quiz saber se os minipoemas de Bashô eram recriados da língua original, se não, através de que língua. Solicitou ao intérprete que anotasse nome e endereço de Guilherme ao ouvir de mim que o grande artista modificara a forma fixa do hai-kai, acrescentando-lhe as rimas já citadas.

As “chaves-de-ouro para onze sonetos que não foram escritos”, integram o livro *Poesia Vária*, de grande apreço do autor, e causaram estranheza: como escrever só o último verso, sem o “recheio”, como também alvarmente se considerou? O poeta vai de baixo para cima na composição? Essas e outras indagações formularam desavizados analistas de bar. Mas coube a Tristão de Atafde, hoje lamentavelmente esquecido, definir o significado desses solitários decassílabos: “Com os fechos de ouro, delegou Guilherme a outros a tarefa subalterna de completar, com os 13 versos restantes, os sonetos a compor, como o grande cirurgião entrega aos assistentes a tarefa de costurar os cortes cirúrgicos.” Nessa mesma página, do livro *Companheiros de Viagem*, o pensador brasileiro refere-se ao poeta como um “gênio verdadeiro”, o que lava as almas gerais.

Eis alguns dos versos de ouro de “Poesia Vária”:

Quanto mais *juntos*, tanto mais sozinhos.
Sem nunca ter *começo*, teve fim.
Cai o pano final das pálpebras fechadas.

Guilherme de Almeida vem sendo citado sobretudo pela sapiência técnica e a capacidade de tradução ou recriação, como ele sustentava, procedentemente. Malabarista do verso, dizem muitos, enquanto outros, desajudados écos dos lugares-comuns, consideram, displicentemente: - "Gosto mais dele como tradutor" - e com isso passam recibo de desinformação e estultícia. Lembro a "Berceuse das rimas riquíssimas", exercício dos jogos malabares aludidos, autêntico esbanjamento de virtuosismo.*

A mim sempre surpreendeu um desprezado soneto dos começos da carreira de Guilherme.

Como, desprezado? Após anos de abandono, ressurgiu ele nos *Sonetos de Guilherme de Almeida*, volume de 1968, consistente em 108 poemas do gênero. Vibrei, quando dei com ele, e de tal forma (sem comedimento, diria Guilherme) que, numa tarde oca do Congresso, encaixei-o em discurso nada objetivo. O soneto "Coração", de 1913.

Ora, a quem ocorreria, há mais de 70 anos, a hipótese do transplante cardíaco, hoje corriqueiro? Pois Guilherme de Almeida, poeta, o anteviu. Ele, o vate, capaz de vaticínios. Recordo mais: publicado "Coração" no "Diário Oficial" do Congresso, passei a receber cartas de Minas, reclamando novos elementos sobre o autor, informações outras, muitas. Mineiro lê o Diário Oficial!

Mas, vamos ao fenômeno "Coração":

"O coração que em mim palpita e vive
em outro peito já pulsou. Não sei
onde, quando, nem como. Ele revive
um passado que nunca atravessei.

Recorda terras onde nunca estive,
repete frases que não escutei,
chora saudades que jamais eu tive,
canta esperanças que jamais sonhei.

E assim eu levo pela vida afora,
num peito moço, um coração de outróra,
um coração envelhecido e triste.
Perdidamente apaixonado, ele ama
não sei quem, que nem sei como se chama,
que nunca mesmo saberei se existe..."

Aludi, em certo ponto, aos chamados poemas bélicos de Guilherme de Almeida. Trata-se daqueles elaboradores durante e após a Guerra Constitucionalista de 1932. Por eles o poeta não demonstrava apreço especial, embora peças como “Moeda Paulista” e “A Santificada” lhe tenham assegurado a condição de poeta maior de sua terra, o cantor por excelência de seus feitos, a eloqüente e exaltada voz de todo um povo. Essa poesia resultou do empenho com que o lírico ingressou no explosivo campo de luta e de luto a que fora levada a sua gente. Guilherme alistou-se e seguiu para o front de Cunha na primeira leva. Convocado para redigir o jornal das trincheiras, retornou e passou a imprimir poemas irresistivelmente aliciadores, logo conhecidos de todos e declamados. Poemas nas rádios, nos espetáculos beneficentes, citações nos boletins da rebelião, alusões no comícios...

Pois o poeta pagou caro o generoso impulso. Vencida a Revolução, foi ele caçado e preso, para em seguida receber a pena de banimento. Um ano de exílio. A altivês com que recebeu a punição só se compara à categoria dos chamamentos contidos nos seus poemas de guerra. O poeta foi assim castigado em razão da própria poesia.

No elenco de poemas épicos de Guilherme figura, salientemente, “Moeda Paulista”. Que moeda seria essa? Acontece que São Paulo, logo nas primeiras semanas de Guerra, verificou urgente necessidade de recursos para custea-la. Apelou para o povo, também o pequeno povo, que no capítulo *ouro* só possuía as alianças. Pois as alianças foram aos milhares chegando aos postos de recebimento. Objetos numerosos de ouro, mas alianças, sobretudo alianças. Guilherme deu a público então seu poema “Moeda Paulista”, que celebrava o gesto, definindo-o e estimulando-o.

Eis a “Moeda Paulista”:

Moeda Paulista, feita só de alianças,
Feita de anel com que Nosso Senhor
Uniu na terra duas esperanças,
Feita de tudo o que restou do amor!

Quanto vale essa moeda? - Vale tudo.
Seu ouro eternizava um grande ideal!
E ela traduz o sacrifício mudo
Daquela eternidade de metal.

Ela que vem das mãos dos que se amaram,
 Vale esse instante, que não tinha fim,
 Em que dois sonhos juntos se ajoelharam
 Quando a felicidade disse: - *Sim*.

Vale o que vale a união de duas vidas
 Que riram e choraram a uma voz,
 E, simbolicamente desunidas,
 Vão rolar desgraçadamente sós.

Vale a grande renúncia verdadeira
 Das mãos que acriçaram, maternais,
 O menino que vai para a trincheira
 E que talvez... talvez não volte mais...

Vale mais do que vale o ouro maciço!
 Vale a glória de amar, sorrir, chorar,
 Lutar, vencer, morrer... Vale tudo isso
 Que moeda alguma poderá comprar!...

Na hora das denúncias e dos inquéritos, “Moeda paulista”
 pesou substancialmente na condenação do poeta.

*

Surge-me agora a lembrança de um livro singular de Guilherme de Almeida, *O Anjo de Sal*, publicado em 1951 e reunindo poemas a partir de um volume mínimo, de bolso, a cargo de Edições Alarico. Instala-se aí a singularidade: Alarico, editor, foi, durante muitos anos, o amigo inseparável do poeta. Gordo, baixo, nutria pelo poeta uma admiração pasmada, incondicional. Como o poeta, era funcionário da Escola Normal “Padre Anchieta”. *Anjo de Sal* é breve não só nas páginas, mas também nos poemas. Leitura mais atenta assegura a essa minguada coletânea situação de realce na obra geral de Guilherme. Um dos seus livros capitais. Ali se imprimem a definição de “poesia”, numerosos *hai-kais* e, finalmente, algo de raro na obra de Guilherme: o capítulo III, dito DA MORTE. Este tema foi pouco versado por Guilherme, poeta da clareza, das manhãs, do amor. Marca o livro igualmente o mistério. Será certamente o mais hermético, como se vê na escura peça final, o “Soneto Único”, aqui e ali reproduzido e que assume, no texto geral do poeta, posição isolada, mixto de premonição e medo:

SONETO ÚNICO

Vejo a sombra partir-se pelo meio
 e pôr-me duas pálpebras na face;
 minha boca de sede bebe o seio
 de alguma estrela que me amamentasse.

Tem um peso de terra o corpo alheio
 que há no meu corpo; em meus ouvidos nasce
 uma árvore cantando um vento cheio
 de céu em cada enlace e desenlace.

Em minhas mãos paradas pousam ninhos;
 vão os passos de todos os assombros
 andando a minhas veias de caminhos.

E há, para o vôo aceso numa aurora,
 pressentimentos de asas nos meus ombros
 quando a moça da foice me namora.

*

Avisado pela esposa de que o poeta enfermara, fui vê-lo no esguio palacete do alto Pacaembú. Era julho de 69.

- Guilherme pede-lhe para subir - retornou dona Baby dizendo, após breves minutos: - Insiste em que você suba.

Encontrei, surpreso, o poeta sentado numa larga poltrona, recoberto de chambres, mantas e cachecols. Magreza e lividez agônicas. o homem pequeno e elegante, sempre de escuro, a inseparável comenda da Legião de Honra na lapela; o constante e sereno transeunte de meio século da rua Barão de Itapetininga; o incrível sócia de Paul Reynaud murchara e esperava a morte. Relutava em deitar-se; a morte se deitaria com ele.

- Passei muito mal - respondeu logo à animação do cumprimento. - Também, o que tinha a fazer, já fiz. Posso descansar...

Depois, foi a luta de dias e dias de alternados alarmes e esperanças. Por fim...

*

Não há de faltar quem, atordoado pela voragem destes dias, subestime a perda sofrida pelo pensamento brasileiro com a morte desse velho artista, no entanto tão expressivamente jovem. Hão de dá-lo como "alienado", metido na torre de marfim do seu Pacaembú. "Não participava", há de alguém considerar, como aliás se vê.

No entanto, a defesa está à mão. Sabia o artista descer da torre, como o fez em 32, e como não deixou jamais de fazê-lo, ao longo da sua obra.

Ausente? Desinteressado?

Há anos, um dos seus amigos, não dos mais chegados nem dos mais antigos, experimentou um revés no seu combate político. Ouviu-lhe Guilherme o nome no extenso ról dos aliados. Doente embora, com o processo já instalado da enfermidade que o mataria, agasalhou-se, tomou a mulher pela mão - e ele e ela foram os primeiros a chegar para a solidariedade e a companhia. Traziam um cartão - para o caso de desencontro - e um livro, "Os Sonetos de Guilherme de Almeida". Neste, uma dedicatória, das derradeiras que ele redigiu e que passaria a permanecer, para o destinatário, como o testemunho maior do episódio, o mais expressivo e alentador.

Esplêndido Guilherme! Expoente da raça, artista solitário, antecipador de um estágio cultural que há de vir, padrão de decência e generosidade - seus maravilhosos dons guiam-lhe agora os passos na eternidade, dando assim seguimento ao rastro de luz que ele deixou na pátria.

AUTORES CAMPINEIROS NA BIBLIOTECA DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA:
UM LEVANTAMENTO Bibliográfico

Vera Cristina NEUMANN*

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, falecido em 1982, prestes a comemorar seu octagésimo aniversário, deixou à sociedade inúmeros legados. Dentre outros, três poderiam ser ressaltados:

- seus sete filhos, destacados nos mais diversos ramos de atividade: da economia à música;

- sua produção intelectual, das mais sólidas, concebida em praticamente sessenta anos de trabalho, o que resultou em inúmeros livros, centenas de artigos em publicações periódicas, prefácios/introduções e traduções;

- sua biblioteca particular, hoje instalada nas dependências da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e composta de dez mil volumes (livros e periódicos), dentre os quais, mais da metade contém grifos e anotações de próprio punho, além de boa parte dos livros estar enriquecida com dedicatórias.

Entre os milhares de autores brasileiros e estrangeiros que abrilhantam o acervo dessa biblioteca, há um grupo deles, que dada a natureza deste trabalho gostaríamos de fazer conhecer. São os "autores campineiros".¹

Para maior familiaridade com estes autores, utilizamo-nos do levantamento efetuado pelo prof. Odilon Nogueira de Matos, inserido

(*) Bibliotecária da Biblioteca Central - Unicamp; mestranda em Biblioteconomia - PUCCAMP.

(1) Chamamos "autores campineiros" não só aos nascidos em Campinas, mas a todos aqueles que "adotaram" a cidade ou ainda, aos que estiveram ligados a ela em alguma época de suas vidas.

em seu discurso de posse na Academia Paulista de Letras (2) e da pesquisa realizada pelo jornalista Francelino Piauí (3) publicada no *Correio Popular*, sob o título "Campinas Bibliográfica".

A sistemática para realização desta pesquisa dividiu-se em três etapas:

1ª) Identificação dos "autores campineiros" através das referidas pesquisas;

2ª) Levantamento bibliográfico no acervo da biblioteca de Sérgio, confrontando-se com a relação apresentada pelos senhores Odilon e Francelino;

3ª) Transcrição das referências bibliográficas e das dedicatórias das obras dos "autores campineiros" existentes na biblioteca.

É este levantamento bibliográfico que trazemos a público na intenção de distinguir o autor de Campinas.²

ALMEIDA, Guilherme de, 1890-1969 "Guilherme de Almeida pouco viveu na cidade que lhe serviu de berço, pois menino ainda teve que acompanhar o pai nas suas andanças..." (2:263)

Messidor. SP, s.c.p., 1923. 277p.

c/ded: A"Y o Magnífico" - com um beijo do/ Guilherme/ Cidade Difficillima, 18 Brumario,/ 1989.

Natalika. RJ, Candeia Azul, 1924. 94p.

c/ded: Para Sergio Buarque de/ Hollanda - espirito único,/ amigo incomparável./ Guilherme de Almeida/ Rio, 1º. II. 924.

Segundo o Prof. Francisco de Assis Barbosa, "... do convívio com Guilherme de Almeida, nasceu a primeira amizade literária de Sérgio Buarque de Holanda ..." (1:31)

CAMPOS, Ernesto de Souza, 1882-1970

"... campineiro de nascimento ..." (2:269)

Fontes primárias para o estudo da educação e saúde pública em São Paulo no século XVI. (1948)

s/ded.

CORDEIRO, José Pedro Leite, 1914-1986

"... figura marcante ..." (2:270)

São Paulo e a invasão holandesa no Brasil. SP, J. Bentivegna, 1949. 244p.

c/ded: ao caro amigo Sérgio Buarque/ de Holanda, oferece/ o Leite Cordeiro/ julho 1949.

Pesquisas e Conferências. SP, Pannartz, 1979. 151p.

c/ ded: Ao caro amigo Sergio, o abraço/ amigo do/ Leite Cordeiro/ SP. nov. 1980.

(2) Obedeceremos ao critério de ordem alfabética do sobrenome dos autores.

Braz Cubas e a capitania de São Vicente. SP, J. Bentivegna, 1951. 243p.
c/ded: Ao belo espírito e à profunda/ cultura de Sérgio Buarque de/ Holanda, as homenagens do/ Leite Cordeiro/ São Paulo, março de 1951.

O "Castelhano" e seus ilustres descendentes em Piratininga (1946)
s/ ded.

O engenho de São Jorge dos Erasmos (1945)
s/ ded.

LAPA, José Roberto do Amaral, 1929 -

- Memória sobre a nau Nossa Senhora da Caridade; Bahia 1755-1788. *Boletim de Estudos Históricos*, Marília (2): 31-86, 1963.

c/ ded: Para o prof. Sérgio Buarque de Holanda/ a quem tanto devo em estímulo e/ orientação./ ofereço cordialmente/ JRAmaral Lapa/ Marília, julho 1965.

- *O Brasil e as drogas do Oriente*. Marília, FFCL, 1966. 43p.

c/ded: Para o/ prof. Sérgio Buarque de Holanda/ - mais esta minha droga sobre as drogas do/ Oriente-/ Feliz Natal do JRAmaral Lapa/ "Marília, dezembro 66.

- *A Bahia e a Carreira da Índia*. SP, Nacional, 1968, 382p.

c/ ded: Ao/ Prof. Sérgio Buarque de Hoalanda/ eis o mesmo filho, agora/ com nova roupagem/ JRAmaral Lapa/ S. Paulo, janeiro 69.

- História de Campinas: tarefa para os próximos dez anos.

Revista de História, SP (107): 221-40, 1976.

c/ded: para o/ prof. Sérgio Buarque de Holanda/ com a velha amizade/ do/ JRAmaral Lapa Campinas, fev. 1977.

- *A história em questão*; historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 205p.

c/ ded: para o/ prof. Sérgio Buarque de Holanda/ com a estima e a admiração/ intelectual/ do/ JRAmaral Lapa/ Campinas, outubro/ 1976.

- *Economia colonial*. SP, Perspectiva, 1973. 298p.

c/ded: Ao/ prof. Sérgio Buarque de Holanda/ profundo conhecedor do tema,/ esta pequena contribuição ao/ estudo das monções,/ com muita amizade/ do/ JRAmaral Lapa/ Campinas, junho 1974.

- *Ciclo vital de um polo urbano*: Vila Bela (1751-1820). Belo Horizonte, S.c.p., 1973. p. 305-26 (Separata)

c/ded: Para o/ prof. Sérgio Buarque de Holanda/ reclamando suas notfcias, com/ um abraço muito amigo/ do/ JRAmaral Lapa? Campinas, março 1975.

- A dialética do subdesenvolvimento na história do Brasil. *Estudos Históricos*, Marília (9): 1-11, 1973. (Separata)
c/ded: Para o prof. Sérgio Buarque/ de Holanda/ com um abraço muito/ cordial/ JRamaral Lapa/ Campinas, julho 1973
- Para uma história da historiografia brasileira. *Ciência e Cultura*, SP, 28 (6): 654-53, jun. 1976.
c/ ded: Para o/ Prof. Sérgio Buarque/ de Holanda/ com a amizade de sempre/ JRALapa/ Campinas, 20-8-76.
- O charme da velha senhora. *Revista do IEB*, SP (18): 109-17, 1976.
Para o/ Prof. Sérgio Buarque/ reclamando suas notícias/ of/ JRALapa/ Campinas, 20-8-76.
- *Brasil*; esboço de sua evolução histórica. SP, Cultrix, 1964. p. 141-60 (Separata)
c/ded: Para o Prof. Sérgio Buarque de Holanda,/ que me tem tolerado em longas entrevistas,/ cordial homenagem do autor/ JRamaral Lapa/ Marília, julho 64.
- *De vária leitura*. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1959. 76p.
c/ded: Para o ilustre ensaísta/ Prof. Sérgio Buarque de Holanda,/ a homenagem de um provinciano/ discípulo/ JRALapa
- O Brasil e a navegação portuguesa para a Ásia*; séculos XVI, XVII e XVIII (1968)
s/ ded.
- Livro de Visitação do Santo Ofício*; da inquisição ao estado do Grão Pará; 1763-1769 (1978)
s/ ded.

LEME, Ernesto de Moraes, 1896-1986

"... que em Campinas viveu, diplomando-se pela tradicional Escola Normal da cidade ..." (2: 269)

A casa de Bragança; memórias. SP, Parma, 1981. 133 p.

c/ded: Ao compadre e amigo Sérgio Buarque de Holan-/ da, cordialmente,/ Ernesto Leme, S. P., 12.2.1981.

LOBO, Pelágio Álvares, 1888-1952

Velhas figuras de São Paulo. SP, Academia Paulista de Letras 1977. 268 p.
s/ ded.

MAGALHÃES, Basílio, 1874-1957

"... não nasceu em Campinas, mas ali viveu no exercício de sua profissão ... que se tornaria um dos maiores historiadores brasileiros ..." (2:269)

O açúcar nos primórdios do Brasil colonial (1953)

s/ ded.

O café na história, no folk-lore e nas bellas artes (1937)

s/ ded.

A "Circular" de Theophilo Ottoni; reprodução do opúsculo editado nesta capital em 1860 e 1861 (1916)

s/ ded.

Estudos de história do Brasil (1940)

s/ ded.

Expansão geográfica do Brasil colonial (2. ed. - 1935 e 3. ed. - 1944)

s/ ded.

Compêndio de "História do Brasil" (1945)

s/ ded.

MATOS, Odilon Nogueira de, 1916

Café e ferrovias. SP, Alfa-ômega, 1974.

c/ ded.: Para Sérgio Buarque de Holanda,/ com o abraço amigo do/
Odilon/ set 74.

MENEZES, Raimundo de, 1903-1984

"... realizou carreira como Delegado de Polícia, residindo em diversas cidades do interior (inclusive Campinas) ..." (2:266)

Vida e obra de Campos Salles. Campinas, Prefeitura; SP, Martins, 1974, 259 p.

MOTA, Otoniel, 1878-1961

Do rancho ao palácio; evolução da civilização paulista (1941)

s/ ded.

Esta obra mereceu crítica literária de Sérgio, que foi publicada no *Diário de Notícias*, RJ, em 23-11-1941.

NOGUEIRA, José Carlos Ataliba, 1901-1983

"... campineiro de nascimento ..." (2:269)

Antonio Conselheiro e Canudos; revisão histórica. SP, Nacional, 1974. 190 p.

c/ ded: Ao prezado confrade/ e amigo Sérgio Buar-/ que de Holanda. of/
Ataliba Nogueira/ 10-9-74.

OCTAVIO, Benedito, 1871-1927

"... jornalista e cultor da história local, viveu sempre em Campinas ..." (2:269)

Campinas antiga; as festas de 1846 (1905)

s/ ded.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, 1910-

"... este grande campineiro de adoção que é Lycurgo de Castro Santos Filho, que em Campinas aportou há meio século ..." (2: 270)

Campinas; evolução histórica. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969.

c/ ded.: Para o prof. Sérgio Buarque de Holanda,/ com os cumprimentos de/ Lycurgo Santos Filho/ Campinas, 4/ 1970.

Uma comunidade rural do Brasil antigo. SP, Nacional, 1956. 477 p.

c/ ded.: Ao prezado Dr. Sérgio, com a/ estima de seus auxiliares/ Myriam Ellis e M. Tereza Schorer Petrone/ São Paulo, 11/julho/1958.

Exemplar oferecido a Sérgio como presente de aniversário, quando dos seus 56 anos.

História Geral da medicina brasileira. SP, HUCITEC/EDUSP, 1977. v. 1

c/ ded.: Para Sérgio Buarque de Holanda,/ com um abraço de/ Lycurgo Santos Filho/ Campinas, SP,/ 6-1977.

SOARES, Raul, 1877-1924

O poeta Cristal; subsídios para o estudo de um problema histórico literário (1909)

s/ ded.

Campinas no papel de pólo gerador de cultura ao longo dos anos gerou um sem número de autores. Alguns deles enquadrados entre os melhores em determinados períodos históricos.

Através deste levantamento bibliográfico realizado na biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, obtivemos uma amostra, embora das mais significativas, do que a cidade de Campinas produziu em termos de literatura, medicina, jornalismo e principalmente história.

Queremos crer que um levantamento desse tipo dignifica o autor campineiro, ao fazê-lo, e às suas obras, constar da biblioteca particular de um dos pilares da historiografia brasileira, uma pessoa da evergadura moral e intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, Francisco de Assis. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda; ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil. In: SÉRGIO Buarque de Holanda. Vida e obra. São Paulo, Secretaria de estado da Cultura Universidade São Paulo, 1988. p. 27-54.
2. MATOS, Odilon Nogueira de. A cadeira número vinte e dois da Academia Paulista de Letras; discurso de posse em 25 de setembro de 1984. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 18 (124): 259-85, out./dez. 1986.
3. PIAUÍ, Francelino Souza Araújo. Campinas bibliográfica, *Correio Popular*, Campinas, 1973. (42 artigos)

BIBLIOTECA DESAPARECIDA

Nanci LEONZO

Reviver, mais do que elucidar, os mistérios que, há séculos, cercam as bibliotecas da antigüidade, parece ter sido o propósito fundamental do estudioso italiano Luciano Canfora, o qual, elegendo como pano de fundo o que denomina como a "grande história", aquela onde ocupam espaços privilegiados personagens vinculados, de alguma maneira, ao poder, procura, com um forte apelo à imaginação, conduzir o seu leitor, por meio de pequenas histórias, até a lendária biblioteca de Alexandria, que acaba emprestando o seu nome a um texto bastante significativo no que tange à compreensão do mundo cultural helênico-romano.

Tais considerações tornam oportunas, senão imprescindíveis, algumas reflexões sobre a estrutura formal do texto apresentado, na medida em que esta reflete, com extrema coerência, a postura histórica do instigante Canfora. A divisão do livro, sem qualquer justificativa, em duas partes, e, sobretudo, a construção da primeira delas com uma narrativa que, sem deixar de ser erudita, resvala na ficção, são indícios concretos de que o autor tentou atingir um público leitor que ultrapassasse, com facilidade, o constituído por especialistas na matéria. Para este último, entretanto, reservou a segunda parte do volume, onde é feita uma exaustiva crítica das fontes disponíveis, em âmbito interdisciplinar, sobre antigas bibliotecas, dentre as quais destacou-se a de Alexandria.

Valorizamos, até então, a feliz conduta do estudioso que desejou ser lido não somente por seus pares. Resta enfatizar o fato de que tal atitude não trouxe nenhum prejuízo ao discurso histórico que passa da "grande" para as pequenas histórias particularizando, ao longo do vasto período estudado (séculos III A.c. a VII D. c.), a presença das obras de Aristóteles. E, se este ponto de inserção, que dá consistência teórica ao livro, está diluído na narrativa é porque por detrás do filólogo e do historiador da vida intelectual esconde-se um bom contador de histórias chamado Luciano Canfora.

A PROPÓSITO DE BORGES DA FONSECA*

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nascera Borges da Fonseca numa época em que se descortinava na paisagem social, econômica e política do Brasil, a aurora prenunciadora de sensíveis mutações. Sua infância transcorrerá paralela ao período joanino que sedimentou o embasamento sobre o qual erguer-se-ia a plataforma propulsora de um ritmo mais acelerado no encaminhamento tomado pelos acontecimentos, que evoluiriam até o rompimento definitivo dos laços de união entre o Brasil e Portugal.

Natural da Paraíba, veio Borges da Fonseca ao mundo aos 7 de abril de 1808, procedente de uma linhagem ascendente onde pontilhavam nomes de destacados servidores da Coroa Portuguesa, que haviam exercido cargos de relevância na administração colonial.

Toda sua formação ocorrerá dentro dos princípios liberais, superestrutura ideológica do emergente sistema capitalista, que sedimentaram as bases de sua consciência política, devendo, sem dúvida, terem repercutido em seu espírito, como nos diz Hélio Vianna¹ - "os ecos das revoluções de 1817, 1821 e 1824". E, por toda sua existência esteve Borges da Fonseca, tanto nas lides políticas quanto jornalísticas, sempre em defesa dos princípios liberais para sua Pátria.

Freqüentou os bancos escolares do Liceu Pernambucano, completando seus estudos no Seminário de Olinda, entidade tradicionalmente conhecida de formação liberal. Fora, pois, em Pernambuco, ainda vivendo nas salas de aula, que Borges foi contemporâneo da convulsionada política do país em que os absolutistas, cada vez mais salientes, e os liberais constitucionalistas se defrontavam procurando adquirir maior influência junto ao Imperador.

(*) Publicado originalmente no "Boletim da Academia Paulista de História", nº 5. São Paulo, 1990.

(1) Vianna, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira. 1812-1869*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1945, p. 536.

Irromperia o ano de 1828, trazendo em seu organismo a herança da insolubilidade dos problemas que afligiam a nação, suficientes para dar prosseguimento à ambiência de insatisfação que grassava entre os brasileiros, desejosos de verem sua pátria em outras circunstâncias. As facções políticas entrechocaram-se frente as atitudes assumidas pelo Primeiro Imperador, despertando polémicas e contribuindo para o declínio da popularidade de D. Pedro. Acentuou-se o distanciamento da facção liberal que, bafejada com o considerável aumento do número de jornais favoráveis aos seus princípios, empreenderia maior vigor no combate ao poder executivo onde revezavam-se, quase sempre, elementos áulicos e ortodoxamente conservadores.

A extinção da prudência no legislativo e o exemplo no êxito dos jornais liberais que passaram a circular, deram margem ao aparecimento, em várias capitais, de outras folhas livres das injunções oficiais. Entre essas figurava a *Gazeta Paraibana*, segundo periódico publicado na Província da Paraíba, no qual fez Antônio Borges da Fonseca a sua estréia na profícua carreira jornalística que o acompanhou pela vida em fora.

Infelizmente pelo que tudo indica, esse primeiro jornal de Borges da Fonseca está totalmente desaparecido; segundo notícia fornecida pela *Aurora Fluminense*², a *Gazeta Paraibana* veio à luz no dia 23 de agosto de 1828, sendo sua linha editorial à serviço da liberdade legal e do patriotismo. Enfrentou a *Paraibana* uma série de dificuldades, não se deixando intimidar por ameaças, nem mesmo quando da prisão de seu redator (1829), que nem por isso deixaria de expressar-se livremente, chegando antes, sim, a estabelecer a norma de que a liberdade de imprensa condicionava a social e a individual.

Em 1829 é posto em circulação o segundo órgão jornalístico de Borges da Fonseca, coincidentemente com os acontecimentos geradores das mais variadas polémicas, que vieram a distanciar as facções políticas brasileiras, tornando longínquas quaisquer possibilidades de aproximação entre o Imperador e as correntes liberais mais coesas.

À 24 de abril de 1829 veia à tona o primeiro número da sua outra folha intitulada *Abelha Pernambucana*, sob o formato 28 x 20, contendo normalmente quatro páginas divididas em duas largas colunas.

Distribuíam-se por suas páginas, um editorial ocupando quase toda uma coluna, um comentário sobre as melhorias na Província Pernambucana, a transcrição da Fala Imperial de 2 de abril de 1829, comentada pela redação, uma seção de variedades, um aviso declarando receber correspondências só dos assinantes, não se aceitando as que

(2) *Aurora Fluminense*, nº 112, Rio de Janeiro, novembro 3, 1828.

louvassem a qualquer autoridade e, no expediente, a divulgação dos locais em que podiam ser feitas as subscrições, a 640 réis mensais, e, as avulsas a 80 réis.

No substrato da matéria de apresentação, escrita em linguagem moderada, justificou, considerando incluir-se a imprensa, “por muito má que ela seja”, entre as necessidades primordiais de um sistema constitucional. Esse jornal prosseguiria em todos os seus números como guardião das liberdades juradas, dedicando sempre os espaços das suas páginas a editoriais doutrinários, transcrições, comentários aos assuntos políticos nacionais e regionais, além do combate, sem desfalecimentos, aos adeptos de princípios que transcendessem ao balisamento definido pelas leis vigentes no país.

Impossível nos seria nestas breves considerações demonstrar toda a riqueza da *Abelha* nos seus cento e quarenta e dois números, em sua aproximada duração de um ano e quatro meses; todavia, queremos deixar evidenciado que, Borges da Fonseca, seu principal redator, ao disseminar a semente liberal, não foi apenas adepto de uma simples oposição inconseqüente aos que se opunham às suas opiniões, ou a tudo que proviesse das autoridades constituídas. Antes, configurou-se como um publicista dinâmico, denotando admitir, em determinadas circunstâncias, a forma de governo monárquico-constitucional-representativo como a que melhor se amoldaria a determinadas conjunturas, e, naqueles momentos de circulação da *Abelha Pernambucana*, era esta a forma que cria exequível para seu país.

O terceiro jornal brotado da pena de Antônio Borges da Fonseca despontou a 2 de outubro de 1830, com o título de *O Republico*, tornando-se logo distinto entre seus pares pela vigorosa e dinâmica ação desenvolvida nos dias tormentosos que marcaram a fase final do primeiro reinado.

Apresentou-se *O Republico* em quatro páginas compostas graficamente em uma coluna, contendo uma matéria de apresentação assinada, um longo editorial, e uma declaração dizendo não seguir a ortografia filosófica ou da pronúncia, como fizera na *Gazeta Paraibana* e na *Abelha Pernambucana*, advertindo desprezar “o sedilho”. Anunciou-se ao preço de quarenta réis, adotando, abaixo do título, como epígrafe, um pensamento de Rousseau: “Povos livres, lembrai-vos d’esta máxima - A liberdade, pode se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”.

Demonstrou em todo o tempo de existência desse jornal, o que já havia dado testemunho nos anteriores: a firmeza de sua oposição contra os tiranos, a sua missão na conscientização do povo brasileiro sobre a real situação da nação, o respeito às leis, o amor à pátria, o bom

desempenho dos deveres cívicos e religiosos como requisitos essenciais para a durabilidade da Constituição, repudiou a política monetária, analisou o mau estado das finanças, demonstrou a necessidade de mudanças em toda a Corte do país, bem assim a reforma da Carta Magna, além de haver dado ênfase especial à problemática da federalização da Monarquia, sendo que sua emoção despertou acirrada polêmica nos meios políticos da época, dando lugar a recomposição da facção política federativa, debilitada desde a cruenta repressão da Confederação do Equador.

Queremos crer que a propagação do princípio federativo feita por *O Repúblico*, foi sua tônica melhor, até a queda de D. Pedro I, chegando mesmo a prever seu funcionamento no ano de 1834³, além, obviamente, de familiarizar o povo com os princípios liberais que conscientemente cria, propugnava e pregava.

Homem intrépido, espírito inflamado, habituado a planejar revoluções, conhecedor profundo de Rousseau, Cabet, Fourier, apto para comunicar-se com a "massa" pelo seu estilo rasteiro, pela sua força de mando em nome da liberdade, assim foi Borges da Fonseca, cidadão de intensa atuação no jornalismo brasileiro, inclusive em pasquins. Chegou a redigir cerca de vinte e cinco periódicos entre os anos de 1828 e 1869, onde atacou sempre a opressão, deixando largo caminho aos republicanos que o sucederam, demonstrando que o revolucionário não é um anarquista e que o importante era saber sempre aproveitar o potencial revolucionário do povo.

(3) *O Repúblico*, nº 38. Rio de Janeiro, fevereiro 12, 1831, p. 176.

A HISTÓRIA CULTURAL DE ROBERT DARNTON

Duílio BATTISTONI FILHO

Bastante conhecido entre nós, o historiador Robert Darnton, lente de História da Universidade de Princeton, é um intelectual preocupado em escavar sob os fatos a forma como viveram os nossos antepassados.

São notórios os seus estudos sobre história social francesa, especialmente a do século XVIII, na sua visão, fonte inesgotável de fantasia ao fornecer um material abundante sobre esperança, liberdade, medo, horror, sexo e morte.

Poucos são os autores como Darnton, que extrai do detalhe um significado novo aliado ao seu invejável senso de humor. Em 1986, a Graal publicou *O grande massacre de gatos*, primeira obra de sua autoria traduzida no Brasil, que aborda um massacre de gatos feito por aprendizes na Paris do século XVIII. Desse fato banal, irrelevante, faz uma análise do conflito de classes entre patrões e aprendizes, repercutindo nas esferas do imaginário.

Em outros ensaios já publicados no país (*Boemia literária e revolução* e *O outro lado da Revolução*) deixa-nos transparecer uma análise clara, preocupada em desvendar a multiplicidade de sentidos, as várias significações de uma palavra, a desenvolver teorias esotéricas, e por isso mesmo impenetráveis.

Poucos autores, têm a vantagem de aliar o faro jornalístico ao rigor acadêmico nos estudos históricos. Sua experiência de antigo repórter policial do "New York Time" foi de grande valia para este historiador que, partindo de um fato supostamente menor no contexto historiográfico convencional, descobre outras análises pertinentes acerca de poetas, escritores, livros, instituições, através dos quais, revela novos dados interessantes pondo-os em evidência. Por isso é um representante da história social, das mentalidades, na medida em que permite reconstituir valores de uma época, graças à sua meticulosidade em retratar o

cotidiano, para usar suas próprias palavras, “descobrir os princípios fundamentais da condição humana”.

Do renomado autor a Companhia das Letras acaba de lançar *O Beijo de Lamourette*, livro que reúne quinze ensaios sobre história, os meios de comunicação e a história dos meios de comunicação. Danton percebe que os historiadores atuais se preocupam demais com o fato histórico, não percebendo o relacionamento de alguém sobre o que aconteceu.

Segundo ele o livro tem quatro objetivos: “primeiro, mostrar como o passado opera subterraneamente no presente; segundo, analisar o funcionamento dos meios de comunicação em estudos específicos; terceiro, esboçar uma disciplina particular, a história do livro, que ofereça uma dimensão histórica aos estudos dos meios de comunicação; quarto, passar dessas considerações para uma ampla discussão da história e suas vizinhas dentro das ciências humanas”, p. 16.

Os ensaios aqui reunidos foram escritos para diversas finalidades em diversas ocasiões. Os seis primeiros (*O Beijo de Lamourette*. Que a Polônia seja a Polónia, Cinema: Danton e o duplo sentido, Televisão: uma carta aberta a um produtor de TV, Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica e Publicação: uma estratégia de sobrevivência para autores acadêmicos) foram escritos para o leitor comum. Os outros nove ensaios (*O que é história dos livros? Os intermediários esquecidos da literatura. Primeiras passos para uma história da leitura. História intelectual e cultural, História social das idéias. A história das mentalidades, História e Sociologia do conhecimento. História e Literatura e História e Antropologia*) são mais acadêmicos.

Esses temas permeiam o livro e funcionam como uma maneira de dar forma ao amontoado confuso dos fatos do dia ao apreciar o afetivo, o humor e o corriqueiro como detalhes significativos de uma época ou de uma cultura.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Andrade, Manuel Correia de - O Nordeste e a questão regional. São Paulo, Ática, 1988. 70p (Série "Princípios", 156)

"A questão nordestina é, a um tempo, uma questão regional e nacional. Ao se estudar um país, sobretudo de grande extensão territorial, observa-se a existência de desníveis econômicos entre as várias áreas de seu território, e, muitas vezes, ressentimentos e rivalidades políticas. Neste livro, o autor desenvolve esse problema, situando o Nordeste diante da questão regional, nas relações que mantém com o conjunto que define a nacionalidade brasileira" (Da apresentação). Consta de seis capítulos: 1. O Nordeste e a questão regional; 2. A importância do Nordeste; 3. Como o Nordeste foi produzido; 4. A ação da Sudene; 5. Os grandes problemas do Nordeste; 6. Nordeste, questão regional ou nacional. Complementam o volume "Vocabulário crítico" e "Bibliografia comentada". (Cortesia da editora).

Bastos, Wilson de Lima - Símbolos humanos brasileiros. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1988. 128p.

Levando em conta que "todo povo, dos mais primários aos mais civilizados, tem os seus heróis, os seus santos, os seus modelos, configurando os seus valores humanos neste ou naquele setor", escolheu o autor doze "símbolos humanos", todos de alta significação para a vida e a alma brasileiras, transcendendo, muitos deles, das próprias fronteiras do país, alçando-se quase à categoria de "símbolos" universais: Anchieta, Tiradentes, Caxias, Ana Neri, Isabel, Castro Alves, Rui Barbosa, Rondon, Oswaldo Cruz, Santos Dumont, Carlos Chagas e Zumbi. Plêiade valorosa, a fazer a glória de qualquer país e da própria humanidade. Biografias rápidas, bem condensadas, o "quantum satis" para a boa apreciação de suas vidas e obras. Excelente contribuição didática para o resgate da memória de tanta gente hoje quase esquecida. ONM (Cortesia do autor).

(Diversos) - O abolicionista Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 114p.

Numa edição comemorativa do centenário da Abolição, editou-se este pequeno volume reunido diversos trabalhos sobre "O Abolicionista Rui Barbosa". Com exceção de dois, escritos especialmente para esta publicação, os demais já haviam sido publicados na imprensa, o que, de maneira alguma tira o interesse do volume, pois se tratam publicações algumas já bastantes antigas e que, em boa hora, foram entregues novamente à nossa disposição. Após uma apresentação de Homero Senna, seguem-se os seguintes títulos: "Rui Abolicionista", de Mozart Monteiro; "Rui Barbosa e a abolição dos escravos", de Homero Pires; "Rui Barbosa e o Abolicionismo", de Brício Filho; "Dois momentos na vida do estudante abolicionista Rui Barbosa", de Antônio Constantino; "Rui e a Abolição", de Américo Jacobina Lacombe; "As idéias abolicionistas de Rui", de Rejane Mendes Moreira de Almeida Magalhães; e "Roteiro da atividade abolicionista de Rui Barbosa", de Eni Valentim Torres.

Freitas, Mário Martins de - Reino negro de Palmares. 2ª edição. Rio de Janeiro, Biblioteca da Exército, 1988. 434p (Biblioteca do Exército, publicação nº 571 - Coleção General Benício, v. 261)

Certamente será este o livro mais completo que se tenha no momento para o conhecimento do importante episódio de nossa história seiscentista. Retificando erros, corrigindo conceitos muitas vezes deturpados tem o livro o mérito de inserir o episódio palmarino nos quadros da história brasileira, o que nem sempre ocorre com outros livros sobre o assunto. Sem esquecer a excelente parte introdutória, que trata da África, sua geografia, sua história, suas tradições, sua cultura. ONM

Gertz, René - O Fascismo no Sul do Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. 204p (Col. "Documenta/SC", v. 1).

Análise dos movimentos de orientação fascista que se desenvolveram no Sul do Brasil a partir dos anos da década de 20. Análise, ainda, significativa, pela multiplicidade de fontes utilizadas pelo autor, o que lhe permitiu uma visão ampla do problema, isenta das paixões que quase sempre afloram em trabalhos desta natureza. Muito importante o capítulo inicial, onde se trata dos alemães do Sul do Brasil no contexto político regional. Da apreciação dos tópicos relativos à participação dos teutos na política do Império e

da Primeira República, decorre muita coisa que ajuda a compreender o que o autor procura mostrar nos capítulos seguintes. Indicação precisa das fontes valoriza extraordinariamente o livro. Para o professor Gertz - diz uma nota do livro - tais movimentos "são ideológico e politicamente complexos e não raro contraditórios, pois é muito comum observar-se uma grande clivagem entre suas teorias e a prática realmente desenvolvida. Neste sentido, tomando como campo de investigação as áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o autor procura mostrar que os movimentos de natureza fascista nestas regiões só podem ser corretamente analisados se pensados dentro dos limites de outra questão fundamental: a inserção das comunidades imigrantes na sociedade e na política de sua nova pátria". ONM (Cortesia do autor).

Godinho, Gualter - Coletânea de discursos e conferências. São Paulo, 1979. 152p.

Bem andou o Ministro Gualter Godinho reunindo em volume diversos discursos, conferências e pronunciamentos, proferidos nos mais variados lugares e ocasiões, todos dentro de uma temática brasileira, notadamente nas áreas do Direito e da História, os dois campos em que tem militado o autor. De interesse mais específico para os estudos históricos, registraremos as conferências proferidas no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sobre o Barão de Jaceguai e sobre o Parlamento no Segundo Reinado. Bonita apresentação, figurando, nas capas, o "Pátio do Colégio", local da fundação da capital paulista. ONM (Cortesia do autor).

Godinho, Gualter - Sistemas jurídicos de defesa do Estado: análise comparativa dos princípios ordenadores. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1986. 394p.

Nesta obra, além de descrever minuciosamente a evolução da legislação brasileira referente ao assunto, o autor aborda também o campo internacional, atendo-se ao trato do assunto pelas constituições e leis específicas de diversos países, tanto da área democrática como da socialista. Na área internacional, o autor não apenas estuda, mas reproduz fac-similarmente farta informação de algumas das principais legislações do mundo: Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Portugal, Japão, México, Argentina, Venezuela

e Canadá. Livro extremamente útil, pela soma de informações que reúne e que dificilmente o leitor encontraria em outro local. ONM (Cortesia do autor)

Joffily, José - O Caso Panther. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 218p.

“O caso *Panther* é uma página da arrancada do expansionismo germânico numa época de agudas competições imperialistas depois da partilha da África. É também um capítulo melancólico - e oculto - da história diplomática do nosso país envolvendo dois notáveis brasileiros: Rio Branco e Nabuco. Tudo começou em 1905, com a insólita invasão daquele navio de guerra em águas territoriais brasileiras, culminando com violências praticadas por oficiais alemães no porto de Itajaí, em Santa Catarina. O atentado à soberania brasileira - informa o autor - durou exatamente 50 dias, e, agora, ressurgiu com um atraso de 82 anos”. O *Panther* já era, na época famoso por invasões de outras águas territoriais (Haiti, São Domingos, Venezuela...) e pela famoso incidente de Agadir, que quase levou a Europa a uma guerra. É de se louvar no presente volume a capacidade demonstrada pelo autor de “rastrear” a documentação que lhe foi possível encontrar, e que figura, no livro, em reproduções facsimilares. ONM (Cortesia do autor).

Mello, Oliveira - Vozes do tempo. Paracatu, Faculdade Integrada do Noroeste de Minas, 1989. 104p.

Sensibiliza realmente a qualquer leitor o interesse que Oliveira Mello dispensa à região do noroeste de Minas Gerais, notadamente Paracatu, onde nasceu, e Patos de Minas, onde vive. As duas cidades estão presentes em todos os seus escritos, não fugindo à regra o pequeno volume que aqui se registra. Este, é por excelência paracatuense e em poucas páginas soube o autor transmitir, mesmo aos que não conhecem a região, muito do espírito e da alma da histórica localidade. O autor lamenta a falta de uma síntese sobre a formação física e cultural de sua cidade e foi para suprir tal lacuna que elaborou o presente volume. ONM (Cortesia do autor).

Moraes, Ormando - Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros. Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989. 124p.

No presente volume, realiza o autor “um mergulho no passado, de elevado significado sócio-histórico, rastreando caminhos, meios de transporte, comércio, gente, rudes tropeiros, espertos comerciantes, canoeiros e os primeiros caminhoneiros da década de 20. Os burros e as tropas são examinados, em profundidade, em Vitória,

Cachoeiro do Itapemirim e nos grandes centros tropeiros do resto do Estado. A vida dos tropeiros, seus falares, seus amores, o dia-a-dia, seu folclore, sua poesia, tudo é objeto de acurada verificação e pesquisa. Ormando Moraes presenteia a literatura capixaba com um texto enxuto e esorreito, que poderá ser desdobrado, futuramente, em pesquisas setoriais e mesmo em trabalhos de ficção. Caminhamos todos que lemos este livro por serras e vales do Espírito Santo, um Espírito Santo que não existe mais, porém que foi re-criado, pleno de vida, pela pena do autor” (Nota de Renato José da Costa Pacheco) (Cortesia do dr. Nelson Abel de Almeida).

Moreira, Vivaldi - Correções a fazer & preços a praticar: por que não reeditar o passado? Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1989. 260p.

Durante cerca de nove anos, de 1953 a 1961, Vivaldi Moreira editou em Belo Horizonte uma publicação mensal intitulada “Minas em Foco”, “joia de graça, talento e malícia”, segundo dela disse Gustavo Capanema. Vinte e oito anos após a interrupção do pequeno jornal, o ilustre escritor mineiro animou-se a reunir no livro que aqui se registra parte substancial do periódico. Aos que lerem, sem terem tido oportunidade de conhecer o jornal, só restará lamentar este desconhecimento. As amostras reunidas no livro são de molde a nos revelar uma publicação “sui generis” no periodismo brasileiro. Nada passou despercebido ao escritor. Dispondo de pouco espaço, não teve senão que condensar as notícias, mas o fez com tal habilidade, dosando-as ainda com notável senso de humor, que resultou num livro gostoso de ler, sem falar na riqueza de conteúdo que encerra, importantíssimo para o conhecimento da vida mineira na década de '50. ONM (Cortesia do autor)

Spalding, Walder - Revolução Farroupilha. Editado pela Petroquímica Triunfo, 1987. 254p. (sem indic. do local de publicação).

Tendo escrito e publicado muitos trabalhos sobre a Revolução Farroupilha, o historiador Walter Spalding (1901-1976) deixou, inédito, o volume que aqui se registra, vindo a lume em 1987 graças ao apoio da Petroquímica Triunfo. S. A. Contém biografias de figuras ligadas ao movimento que, de 1835 a 1845, empolgou o Rio Grande do Sul. Como o volume, certamente por lapso de quem cuidou da edição, não traz índice, julgamos oportuno arrolar os nomes dos biografados, pela mesma ordem alfabética em que figuram no livro:

Afonso José de Almeida Corte Real, Álvaro Otávio Lencastre, Antônio Álvares Pereira Coruja, Antônio de Souza Neto, Antônio Vicente da Fontoura, Antônio Vieira da Soledade, Bento Gonçalves da Silva, Bento Manuel Ribeiro, Calvet, Conde de Piratini, Domingos José de Almeida, Duque de Caxias, Francisco das Chagas Santos, Francisco José de Souza Soares de Andréa, Francisco Pedro de Abreu, Francisco Xavier da Cunha, Francisco de Sá Brito, Francisco Xavier Ferreira, Hermann Von Salisch, João Antônio da Silveira, João Daniel Hillebrand, João Manuel de Lima e Silva, João de Santa Bárbara, João da Silva Tavares, Joaquim José de Mendanha, José Antônio Corrêa da Câmara, José Araújo Ribeiro, José Garibaldi, José Gomes de Vasconcelos Jardim, José Joaquim de Andrade Neves, José Pinheiro de Ulhôa Cintra, José Inácio da Silva Ourives, Luiz José Ribeiro Barreto, Luiz Rosetti, Manoel Lucas de Oliveira, Manoel Luís Osório, Manoel Marques de Sousa, Mena Barreto, Onofre Pires da Silveira Canto, Pedro Chagas, Pedro José de Almeida e Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Menna. Após cada biografia, as respectivas fontes de informação. ONM (Cortesia do Prof. Astrogildo Fernandes, Porto Alegre).

Zimmermann, Maria Emília Marques - O PRP e os fazendeiros do café. Campinas, Unicamp, 1986. 160p. (Série "Teses").

Para a autora, o estudo do Partido Republicano Paulista poderia ser dividido em dois grandes períodos: o da propaganda, quando o partido se organiza em oposição ao regime monárquico, e, segundo, o da concretização de suas lutas, manifestando-se no estabelecimento da República Federativa. De maneira mais simples: "antes" e "depois" da proclamação da República. Foi preferido o primeiro período, entre outras coisas, diz a autora, por ser ele pouco estudado pela historiografia e por ser fundamental para se compreender o período seguinte, isto é, o que se segue à proclamação da República. E é para o conhecimento deste período que a professora Maria Emília Zimmermann contribui com este excelente trabalho, originalmente tese de mestrado apresentada à Unicamp. Todo o trabalho decorre - e muito bem - da frase inicial: "história de um partido político deve ser compreendida quando este é inserido no âmbito do processo histórico geral do país". Óbvio. Tão óbvio, que se torna desnecessário invocar Gramsci para fundamentar sua asserção. Ela se fundamenta por si. Indicação precisa de fontes valoriza o trabalho. ONM (Cortesia da autora).

PERIÓDICOS

Agora, nºs 8 (ano IV) e 9 (ano V), 1988/1989. Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. *Conteúdo* - nº 8 : Paulo José de Brito e a "Memória Política" (Walter F. Piazza); Historiografia e documentação sobre escravos em Santa Catarina: as fontes do Arquivo Público do Estado (Iaponan Soares); A Saúde Pública como fonte de pesquisa para a História Social em Santa Catarina (Hermetes Reis de Araújo); O Conjunto Arquitetônico do Ribeirão da Ilha (Eliane Veras da Veiga). - Nº9: Almeida Coelho e sua contribuição historiográfica (Walter F. Piazza); Recuperação de fontes sobre a colonização alemã no norte de Santa Catarina (Klaus Richter); Nota preliminar sobre o projeto "Evolução administrativa do Estado" (Cláudia de Araújo Grillo); Carnaval no Desterro, século XIX (Thais Luzia Colaço).

Anuário do Staden, nº 36, 1988. Publ. do Instituto Hans Staden, São Paulo. *Conteúdo*: O poeta Karl Fouquet (Hildegard Werle Fauser); Arte brasileira contemporânea (Enock Sacramento); Alexander Linz, pintor, escritor e filósofo (Hildegard Werle Fauser); O "Fausto" no Brasil (Erwin Theodor); Paulo Bonfim, homenagem à poesia (Elisabeth Loibl); José Maurício: ponto e contraponto (Maria de Lourdes Sekeff); Os alemães e a industrialização em Ijuí (Regine Weber); O início da ginástica alemã no Brasil (Lothar Wieser); Barão Carl Drais von Sauerbronn, inventor e empresário no Brasil (Helmut Andra); 120º aniversário da morte de Martius (Hildegard Werle Fauser); Comentário adicionais acerca da posição política e social dos mestiços no Brasil (C.F.Ph. von Martius); Tenente Carl Ludwig August Siegener, pioneiro e primeiro mártir do foguete brasileiro (Carlos H. Hunsche); A Imperatriz Leopoldina e a Independência (Karl H. Oberacker); O lançamento do selo imperial "Olho de Boi" modernizou o correio do Brasil (Michael Peuser); H.C.E. von Gaogern e a expedição ao Brasil do Príncipe Adalberto da Prússia (Gerhard Friesen); Karl von den Steinen e as suas duas expedições ao Xingu (Guenther Hartmann); Arqueologia e História (Maria da Conceição Beltrão, Carlos Otávio de Andrade e Salete Neme); O homem histórico brasileiro (Idem); Informações sobre os sambaquis fluviais do Estado de São Paulo (Guy Collet e Elisabeth Loibl); Herman Kruse, o precursor da arqueologia histórica no Brasil (Carlos Otávio de Andrade); A migração de aves no Brasil (Helmuth Sick); Titomové (Heinz Budweg); O trabalho na favela Monte Azul (Ute Craemer); Colégio Cruzeiro: 125 anos de encontro entre brasileiros e alemães (Gerhard Kakuschky); A influência européia na taquigrafia brasileira (Klaus Wilhelm Lege); comentários; bibliografia, noticiário.

Arquivo: boletim histórico e informativo, vol. 9, nº 2, jul/dez 1988. Publ. do Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Conteúdo*: O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e

arquivos (Ana Maria de Almeida Camargo); Descrição sumária: solução de acesso (Heloisa Liberalli Bellotto); Arquivos municipais: velho problema, nova abordagem (Leila K. Bussab); Arquivos e bibliotecas: alerta geral (Rosemerie E. Horch); Conservação e preservação de documentos (Alice Camargo Guarnieri); O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais (Helena Ferrez, Jerusa de Araujo e Rosely Rondinelli).

Boletim do Centro de Memória Unicamp, v. 1, n. 1 Campinas, jan/jun 1989.

Conteúdo: Editorial (José Roberto do Amaral Lapa); O sentido da descrição documental (Heloisa Liberalli Bellotto); A família do engenho no oeste paulista (Carlos A. P. Bacellar); São Paulo, 1930-1932: uma revisão histórica (Vavy Pacheco Borges); Costumes afro-brasileiros na corte do Rio de Janeiro (Leila Mezan Algranti); As ações de liberdade em Campinas (Fernando Antônio Abrahão); As listas de matrículas e os registros de escravos do Fundo Judiciário de Campinas (Denise Gonçalves); Acervo; Instrumento de pesquisa; Pesquisas; Noticiário. Contatos: Caixa Postal 6023, Campinas 13083.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol 46. Curitiba, 1989.

Conteúdo: Fronteiras que nos unem: os limites entre Santa Catarina e Paraná (Ayrton Ricardo dos Santos); Silva Machado de tropeiro a barão (Waldemiro Bley Júnior); Contradições sobre Miguel Pedroso leite (Roselys Vellozo Roderjan); Centenário do nascimento do Chefe Newton (Pórcia Guimarães Alves); Reinhard Maack e o espaço ecológico do Estado do Paraná (Odah Regina Guimarães Costa); Apreciações sobre a efêmera Colônia Cecília (Astrogildo de Freitas); Índice de testamentos registrados entre os anos de 1827 e 1877, existentes no Cartório Menarim, comarca de Castro (Osney Barbosa Borba); Paranaguá: desenvolvimento sócio-econômico e cultural (Leônidas Boutin); Chegam os austríacos (Hamilton Pospissil); A centenária "Impressora Paranaense" (Levy de Brito Buquéra Filho); Resenha bibliográfica (Odilon Nogueira de Matos); No centenário do nascimento de Heitor Stockler.

Estudos Avançados, vol 3, nº 5, janeiro/abril 1989. Publ. do Instituto de Estudos

Avançados da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia (Aziz Ab'Saber); Processos predatórios na floresta tropical úmida da Amazônia Brasileira (Philip Fearnside); Universalidade e crise das universidades (Simon Schwartzmann); O catolicismo latino-americano radicalizado (Michel Lowy); Três contos, três textos: um argumento psicanalítico (Phillippe Willemart); Trinta años de la Casa de las Américas (Roberto Fernández Retamar); "Je vous salue Marie": um filme cheio de graça (Annie Goldmann).

Estudos avançados, vol. 3, nº 6, maio/agosto 1989. Publ. do Instituto de Estudos

Avançados da Univ. de São Paulo. **Conteúdo:** A Conjuração Mineira: novos aspectos (Kenneth Maxwell); A Revolução Francesa e seu eco (Michel Vovelle); Ideologias econômicas e democracia no Brasil (Luiz Carlos Bresser Pereira); Positivo/Natural: sátira barroca e anatomia política (João Adolfo Hansen); Memórias (Ivan Izquierdo); A noção de estrutura em matemática e em física (Jair Minoro Abe).

Estudos Leopoldenses, vol. 25, n° 110; História/3. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, maio/junho 1989. **Conteúdo:** A ocupação do território brasileiro (Pedro Ignacio Schmitz); Missão por Redução (Bartolomeu Meliá, SJ); O capitalismo periférico-latino-americano: a revolução independentista e os primórdios da revolução burguesa (Werner Altmann).

História: Questões & Debates. Ano 9, n° 16. Revista da Associação Paranaense de História. Curitiba, junho de 1988. **Conteúdo:** Visões da liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão (Sidney Chalhoub); Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro (Célia Maria Marinho de Azevedo); Produção de alimentos e trabalho escravo no Brasil colonial (Francisco Carlos Teixeira da Silva); Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX (Eduardo Spiller Pena); Família escrava: uma incursão pela historiografia (José Flávio Mota); Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo (Tânia Regina de Luca); O tráfico da escravatura nas relações Moçambique-Brasil (José Capel).

História & Perspectivas, vol. 1, n° 1. Revista do Curso de História da Univ. Fed. de Uberlândia, MG., jul/dez 1988. **Conteúdo:** Amores ilícitos na Paris de Emile Zola (Margareth Rago); Prostituição, além da moral burguesa: um misto de resistência e conformismo (Maria Clara Tomaz Machado); O processo de trabalho na indústria: Minas Gerais, 1870/1920 (Heloísa Helena Pacheco Cardoso); Estigma e segregação social: a questão da lepra no Brasil (Leila Regina Scalia Gomide); Como pensar 68? (Luiz B. L. Orlandi); Movimentos sociais populares: progressistas ou conservadores? (Antônio de Almeida).

Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 66. Univ. Fed. de Minas Gerais. Belo Horizonte, janeiro de 1988. **Conteúdo:** Por uma Nova Comunidade Internacional (Artur José Almeida Diniz); Uma Interpretação das idéias políticas no Brasil (Antônio Carlos Wolkmer); Teoria do Governo (José Alfredo de Oliveira Baracho); Tendências atuais dos regimes de governo (Raul Machado Horta); O Liberalismo: exame de sua ideologia e de suas deficiências (Sílvio Dobrowolski); Formação de políticas de governo: o caso brasileiro (Paulo Vieira da Silva e Luiz Pedone); "Em Hombre-Macho" e a "Hombria" (Maria José de Queiroz).

Revista Brasileira de Sociologia. Revista de integração nacional dos profissionais em Sociologia. Publ. da Associação Brasileira de Sociologia. Campinas, vol. X, n°s 1 e 2. 1986. **Conteúdo:** Classes sociais: algumas considerações teóricas (Cláudio Souto); Ciências Humanas, Praxeologia e Tecnologia (Eva Maria Lakatos); Durkheim e o crime (Geraldo Ribeiro de Sá); Aspectos gerais da economia bororo (Neli Ferreira do Nascimento); O mutirão (Ruth Laroca Mendes); Posição de Huberman sobre a passagem do Feudalismo ao Capitalismo (Eva Maria Lakatos). Contatos: r. General Osório, 1031, 15º, conj. 156. 13013 Campinas SP.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, vol. VI. 1988.

Conteúdo: Nomenclatura de ruas de São João Del-Rei (Sebastião de Oliveira Cintra); A Bacia do Rio das Mortes (Geraldo Guimarães); A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de São João Del-Rei e sua Igreja (Alufzio José Viegas); Centenário da colônia italiana de São João Del-Rei (Maria Lúcia Monteiro Guimarães); O Colégio São Luiz (Antônio Gaio Sobrinho); Os santos de roca (Cláudia Cristina Cardoso); A carta (Lúcia Casas de Pila); Considerações acerca da pintura rococó ilusionista de Joaquim José da Natividade (Carlos Magno Araújo); Centenário do 11º BI (Sebastião de Oliveira Cintra); Abolição da escravatura (Astrogildo Assis); Relatos interessantes (Antônio Tirado Lopes); Uma referência (Waldemar de Almeida Barbosa); Considerações sobre as origens de Barbacena (Geraldo Guimarães). Noticiário. Contatos: rua Dr. Mourão Filho, 161, São João Del-Rei, MG 36300,

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 8, 1988/

1989. Florianópolis. **Conteúdo:** Canoinhas e a sua história (Cyro Ehlke) O fiscalismo português no Brasil (Walter Piazza); O missionário como imigrante: Padre João Maria Cibeo SJ (Ferdinand Azevedo); Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (Valter Manoel Gomes); História eclesiástica catarinense (Carlos Alberto Pinto da Silva); Contribuição da historiografia catarinense para o estudo da evolução urbano-arquitetônica da Ilha de Santa Catarina (Eliane Veiga); Ainda sobre médicos e cirurgões franciscanos (Antônio Roberto Nascimento); Por terras e águas de Santa Catarina no séc. XVIII com o Barão de Bohm (Maria Regina Boppré); Modernização da agricultura no Brasil e em Santa Catarina (Mário Marcondes de Albuquerque); Notas para a história da Estrada de Ferro Santa Catarina (Sara Regina Silveira de Souza).

Universidade Estadual de Londrina. Boletim nº 16, jan/jun 1989. Número especial do Departamento de Ciências Sociais. **Conteúdo:** O novo sindicalismo e as greves (Ariovaldo de Oliveira Santos); Política e ideologia: a questão agrária do ponto de vista da Igreja Católica no Brasil (Paulo Bassani); A Antropologia e os estudos sobre as guerras nas sociedades primitivas (Kimiye Tammasino); A política urbana e a participação popular (Ricardo de Jesus Silveira); O Código de Menores de 1927 (Marcos César Alvarez).

UM POUCO DE MÚSICA

MISSA DE NEUKOMM

A quem quer que tenha algum conhecimento da história da música no Brasil não há de ser estranho o nome de Segismundo Neukomm, compositor austríaco nascido em Salzburgo aos 19 de julho de 1778 e que viveu cinco anos em nosso País, no tempo em que a corte portuguesa aqui permaneceu. Teve vida bastante movimentada, pois após seu quinquênio brasileiro, esteve em diversos países da Europa (de Portugal à Rússia), com uma prolongada permanência em Paris, onde faleceu a 3 de abril de 1858.

Alguém o denominou de “missionário musical”, pois assim como introduziu no Brasil obras de grandes compositores europeus, como Haydn e Mozart, entre outros, voltando à Europa, divulgou por lá a música brasileira.

No tempo em que permaneceu no Rio de Janeiro, desenvolveu intensa atividade musical sob os auspícios da corte de D. João VI. Eram os Braganças, como se sabe, muito afeiçoados à música e, assim, as funções do compositor austríaco começaram entre os próprios membros da família real, mais notadamente o príncipe-regente D. Pedro, que veio a ser nosso primeiro imperador e que tinha suas veleidades de compositor, deixando nuncrosas composições. Foi grande a influência de Neukomm sobre nosso Pedro I. Vivendo no Brasil num período de transição para a Independência, Neukom pôs em música diversas textos patrióticos que serviram à causa da emancipação.

Antes de vir para o Brsil gozava Neukomm de excelente renome, sendo considerado um dos discípulos prediletos de Haydn. O famoso e criterioso dicionário de Grove dedica-lhe quase uma página, indicando que deixou cerca de mil composições, incluindo oito oratórios, numerosas missas, música incidental, canções, etc. Todavia, com toda esta produção, caiu no esquecimento. Nem o disco o fez reviver (ao contrário do que ocorreu com numerosos outros compositores), pois seu

nome nem sequer figura nos catálogos discográficos. Ou, melhor, figura apenas na discografia brasileira, com duas peças aqui compostas e que mereceram as honras da gravação: uma para piano, *Amor Brasileiro*, subtitulada *Capricho sobre um Lundu* (gravada pelo saudoso Arnaldo Estrela) e outra para a orquestra, a abertura *O Herói*, gravada pela Orquestra Sinfônica do MEC, sob a regência de Alceo Bocchino. Mas, ambas em discos de há muito retirados da circulação.

Graças à gentileza do preclaro amigo e confrade José da Veiga Oliveira tomei conhecimento da apresentação, em São Paulo, há poucos meses, de uma missa de Neukomm (*Missa Solemnis Sancti Francisci*), composta em 1820 a pedido da princesa Dona Leopoldina, que a ofereceu a seu pai, o imperador Francisco I, da Áustria. Foi executada pela primeira vez em Viena, em 1842. É o caso de se perguntar: por que não se aproveitou a apresentação em São Paulo dessa grande obra (magnífica, pelo que soube), para gravá-la e assim tê-la resgatada para a posterioridade? Com tanta gente atualmente cuidando de gravação, não teria sido difícil. No entanto, perdeu-se a esplêndida oportunidade... ONM

MEMÓRIA CAMPINEIRA (38)

AÇÚCAR/CAFÉ/ALGODÃO

Os que conhecem nossa cidade sabem que no Bonfim existem três pequenas ruas, travessas da Pedro de Toledo, que ostentam os nomes de *Açúcar*, *Café* e *Algodão*. Não diria que seus nomes se inserem nas placas, porque... Campinas, infelizmente, continua uma cidade sem placas! Mas, os nomes lá estão. A idéia de atribuí-los a vias públicas da cidade remonta há mais de cinquenta anos e enquadra-se num projeto amplo, idealizado pela Sociedade dos Amigos da Cidade, e no qual, jovem estudante ainda, mas já interessado em problemas de nomenclatura de ruas, tive o privilégio de colaborar.

Os nomes recordam os três ciclos agrícolas da história de Campinas. Foi o açúcar - sabem-no todos - a atividade econômica inicial de nossa terra, responsável pelo surgimento e desenvolvimento da localidade. Inicialmente freguesia pertencente a Jundiá, desmembrou-se Campinas graças à atividade que lhe advinha de seus engenhos. A petição para a criação do Município, em fins do século XVIII, foi subscrita por numerosos "engenheiros", que é como se denominavam os proprietários de engenhos.

A introdução da cultura do café, ainda em fins do século XVIII - mas que se acentuou a partir de meados do século XIX - assinalou um novo "ciclo econômico" na vida campinense. Mas, sem que o açúcar fosse de todo suplantado. Campinas conservou sempre equilibrada simultaneidade das duas culturas. Daí, o título que mereceu, de "capital agrícola" da Província de São Paulo.

A época em que os nomes evocadores dos dois primeiros ciclos econômicos foram propostos para ruas da cidade, coincidiu com uma fase em que o Governo do Estado estava procurando estimular a cultura do algodão, como processo de quebra da monocultura do café

que em geral predominava no Estado e como meio, também, de evitar de vez os descalabros causados pela crise de 1929/1930. Assim, foi o “algodão” contemplado com uma rua da cidade.

O ato que denominou as três pequenas ruas do Bonfim (nº 159) traz a data de 17 de fevereiro de 1937, sendo prefeito Euclides Vieira, e vem testemunhar, mais uma vez, o interesse histórico da nomenclatura das ruas, assunto sobre o qual muito já se tem escrito. Especialmente, quando as vias públicas ostentam nomes locais, - pessoas, datas, ou ocorrências acidentais -, que acabariam sendo esquecidos não fora a atribuição deles a ruas da cidade. É pena que quase sempre os próprios moradores das ruas não saibam o significado de seus nomes. O ideal seria se cada cidade pudesse ter um dicionário explicativo das denominações de suas ruas. Mas isto não é fácil, tanto que nenhuma cidade tem. Campinas tem mais de quatro mil ruas. De que tamanho precisaria ser esse dicionário? E o pior é que há nomes dos quais nada se teria a dizer e seria antipático deixá-los em branco. ONM

TEXTOS
(SUGESTÕES PARA SEMINÁRIOS)

OS SETE FELIZARDOS
(RUI BARBOSA)

Mas, em suma, senhores, nada pode admirar a ninguém num país cujos destinos se trincham à mesa de sete felizardos, como um peru de recheio, em dia de bródio, entre amigos da boa xira.

Esses sete camafeus do regímen, os donos da situação e da República, andam por aí rodando apostas sobre quem sejam. Mas o melhor está em que no próprio círculo deles é que parece correr mais acesa a curiosidade. Eles mesmos são os que se vivem a nomear uns aos outros, e empurrar uns para os outros os papéis da mascarada. O público não lhes erra a identidade; porque as caras e as impressões digitais não deixam que ninguém se engane. Seria mister que eu lhes declinasse os nomes? Tanto não há de ser neste auditório a malignidade. Se já os conhecem, por que obrigarem-me a pôr os nomes aos bois? Mas, se insistir, vá como quiserdes: não briguemos.

O primeiro é o *Sr. Antônio Azevedo*, o “suco” do Senado. Acertei? Pois seja Deus louvado. Outro é o *Sr. Urbano dos Santos*, o passaculpas da matança do *Satélite*. Vai direito? Então sigamos. Vem atrás o *Sr. Dous Jotas Seabra*, o bombardeador da Bahia. Dei no vinte? Neste caso, vou me animando. O quarto vem a ser o *Sr. Lauro Müller*, o nosso *Leninezito* em esboço. Estais por isto? Ides então concordar em que o quinto é o *Sr. Álvaro de Carvalho*, o derradeiro principalho da oligarquia paulista. Não errei? Pois então apostemos em que o sexto será o *Sr. Carlos de Campos*, a prole infiel do presidente da convenção civilista. E o sétimo? Fazeis questão de o saber? Então, vá por vossa conta. O sétima é o *Sr. Altino Arantes*, a Adonis do Guarujá.

Esse pessoalho de optimates forma a charanga alemã do presidencialismo. O flauteante *Sr. Vice-Presidente do Senado*, tendo levado em flauta a vida toda, é o homem do flautim, com escala por

melhores instrumentos. O bojudinho Sr. Ministro da Justiça é o sujeito do bumbo e dos pratos. Mas maranha e tataranha pela música inteira. O preclaro Sr. *Dous Jotas Seabra*, o estampido em figura de gente, é o trombone da petardada, e, nos dias grandes, sopra a cabaça da roncadeira, com que se arremeda o rugitar da onça. O adocicado Sr. *Lauro Müller* é o estradivário *made in Germany*. Executa as surdinas, os pizicatos e as fugas da bravura em teuto-brasileiro. O desinquieta Sr. *Álvaro de Carvalho*, músico em telegramas, é o compositor da fanfarrá, o Strauss das improvisatas e surpresas. Valseja indiferentemente à alemã ou à inglesa. O meigo Sr. *Carlos de Campos* é o rapaz dos tímboles e dos ferrinhos. Tem dous registos na goela, e, com as mãos, tintina, ou atabala, com o mesmo primor de notas opostas. E o Sr. *Altino Arantes?* Este só musiqueia em casa, quando a banda se ajusta para bodas e funçanatas. É, então, a menina do piano.

A filarmônica não será lá das mais numerosas. Mas, para as exigências da terra, tem as peças de resistência. Pouca gente, mas para muita. Porque, a respeito desses vinte e cinco milhões de almas, que somos, talvez, os brasileiros, caberão não menos de três milhões e quinhentos a cada um dos tropeiros.

(A questão social e política no Brasil, 58-61. Conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919. Edição anotada com intr. de Evaristo de Moraes Filho. SÃO PAULO, LTr/Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988).

*

O ENSINO SUPERIOR NA HOLANDA NO SÉCULO XVII (PAUL ZUMTHOR)

Os estabelecimentos neerlandeses de ensino superior apresentavam, em relação a quase todos os do resto da Europa, a vantagem da sua novidade. Criados a partir do nada, não estavam manietados por uma tradição medieval difícil de quebrar. Soprava neles um espírito novo.

Certo a Igreja entendia manter neles a supremacia da teologia. Mas esta, ainda que ficasse no centro, não dominava tudo. As ciências em que mais brilhavam as faculdades neerlandesas representavam as conquistas mais recentes do espírito: filologia greco-latina, estudo das línguas orientais, anatomia, astronomia, botânica, e a química nascente, esses ramos de um humanismo moderno, fundo na lingüística, na história e nas ciências da natureza.

O Estado recém-nascido que era a União sentia a necessidade orgânica de criar uma cultura própria, à medida da sua originalidade política e econômica. As qualidades fundamentais da inteligência neerlandesa influam neste sentido: gosto do concreto, preocupação da experiência e da aplicação prática, realismo. Todos os testemunhos do tempo atestam no burguês neerlandês um amor tocante pela ciência, misturado a uma curiosidade ávida e por vezes ingênua. As maiores perturbações de perspectivas não assustam os espíritos: Descartes verificava, desde 1630, que todos os sábios holandeses estavam conquistados pelas idéias copernicanas. Uma larga tolerância religiosa contribuía a vivificar a atmosfera das Faculdades. Nem sequer se exigia aos estudantes o juramento da profissão de fé.

(Zumthor, Paul - *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*, 145. Trad. de Rogério Fernandes. Lisboa, Livros do Brasil, s.d.)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

WANDERLEY PINHO (1890-1967)

José Wanderley de Araujo Pinho, literariamente conhecido apenas por *Wanderley Pinho*, que é como assinava seus trabalhos, foi uma das mais expressivas figuras da historiografia brasileira, especialmente no que se refere à Bahia seu Estado natal. Nascido em Santo Amaro, aos 19 de janeiro de 1890, transcorre, portanto, neste ano o centenário de seu nascimento. Era filho do dr. José Ferreira de Araújo Pinho, que foi deputado no Império e governador da Bahia no início da República. Pelo lado materno, era neto de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, uma das maiores figuras da monarquia.

Bacharel em Direito, advogou na Bahia e no Rio de Janeiro, passando, depois, a promotor público na capital de seu Estado, procurador da Bahia junto aos tribunais da Capital Federal e, finalmente, Ministro do Tribunal de Contas da Bahia, cargo em que se aposentou. Foi professor de História do Brasil na Universidade da Bahia, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi vice-presidente, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à Academia de Letras da Bahia.

Como político, foi deputado federal em várias legislaturas e prefeito da capital baiana.

Seus primeiros trabalhos de investigação histórica datam de 1930: *Política e políticos do Império*, publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tirado depois em separata; e *A Sabinada*, editada na capital baiana. Em 1933, num dos primeiros volumes da preciosa e conceituada coleção "Brasiliana", reuniu as cartas de D. Pedro II ao Barão de Cotegipe, prefaciando-as e anotando-as. A esta mesma coleção pertence um dos seus mais importantes trabalhos, *Cotegipe e seu tempo*, publicado em 1937. Biografando seu antepassado, não fez simples biografia, mas verdadeiro estudo da

época em que viveu Cotegipe. Pena que o historiador baiano não houvesse completado sua obra. O livro trata de Cotegipe até 1867. Ora, desta data, até às vésperas da proclamação da República que foi quando faleceu, o estadista baiano teve destacada atuação no cenário político nacional. É desta fase, por exemplo, sua obra como plenipotenciário no Prata e como presidente do Conselho, cargo em que teve de enfrentar dois dos mais graves problemas da Monarquia: o abolicionismo e a questão militar. Mas, mesmo incompleta, *Cotegipe e seu tempo* é obra indispensável para o estudo do Segundo Reinado.

De 1942 data sua obra, sob certos aspectos a mais importante, *Salões e damas do Segundo Reinado*, de grande interesse para a história Social e, a bem dizer, livro único em nossa bibliografia histórica. Dela escreveu o próprio autor, no prefácio: "Este volume pretende ser como o abrir de um cofrezinho de tartaruga em que se guardaram algumas cartas, as flores murchas de recordação de um baile, uns daguerreótipos esmaecidos, um pedacito de galão de vestido que há muito já não existe, um lenço que se apertou certo dia nas mãos frias e comovidas, umas luvas amarelecidas pelos anos. Dali se evola um perfume antigo que fala ao coração em saudade e obriga à admiração que lamenta 'aqueles bons tempos'. Compostas à vista de documentos e de testemunhos orais de contemporâneos, colhidos com zelo crítico, não falta nestas páginas a verdade histórica que por enumerativa é tantas vezes monótona. Às largas pinceladas sugestivas preferiram-se o desenho minudente e a perspectiva exata de uma gravura realista. Embededa-se, portanto, o leitor, e especialmente a leitora, daquela suave e muitas vezes imaginada lembrança de tempos idos, para colorir a narrativa, suprimindo-a da amena e artística sedução que lhe escasseia".

De 1946 é a *História de um engenho do Recôncavo*. Resultou de um concurso promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Trata-se de uma exaustiva monografia sobre um dos mais importantes engenhos baianos, alicerçada em sólida e variada documentação pertencente ao arquivo de família e a diversos arquivos brasileiros e portugueses. Oliveira Viana, que integrou a comissão julgadora do concurso em que a obra foi premiada, exarou sobre ela o seguinte parecer: "Não conheço em nossa literatura histórica nada que se compare a este trabalho, pela densidade da documentação e pela vivacidade da exposição e do comentário. É um mergulho dos mais fundos até hoje realizado nas fontes da nossa história local e regional".

Desta obra publicou-se em 1982 uma reedição, abundantemente anotada e corrigida, integrando a coleção "Brsiliana" (vol. 374).

Wanderley Pinho faleceu no Rio de Janeiro a 7 de agosto de 1967.

Bibliografia de Wanderley Pinho

(em livro)

1. *Política e Políticos do Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. Consta este volume de três monografias: "Infância e mocidade de Saraiva"; "O incidente Caxias e a queda de Zacarias em 1868"; e "Queda do gabinete Itaboraí".
2. *A Sabinada*. Salvador, 1930.
3. *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotejipe*. Ordenadas e anotadas por Wanderley Pinho. São Paulo, Editora Nacional, 1933.
Coleção "Brasíliana", vol. 12.
4. *Cotejipe e seu tempo*. Primeira fase, 1815-1867. São Paulo, Editora Nacional, 1937. Coleção "Brasíliana", vol. 85.
5. *Caxias Senador*. Rio de Janeiro, 1936.
6. *D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil*. Lisboa, 1940.
7. *Testamento de Mem de Sá*. Rio de Janeiro, 1941.
8. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Martins, 1942.
9. *História de um engenho do Recôncavo*. 1946. 2ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1982. Col. "Brasíliana", v. 374.
10. *História social da cidade de Salvador*, tomo I. Salvador, 1968 (obra póstuma).

SELETA

A LINHAGEM DA REPÚBLICA

Wanderley PINHO

Não parece, pois, tenham razão aqueles historiadores e críticos que, tomando-se de estupor diante do inédito e clamoroso *golpe de estado*, atribuem-lhe as mais graves conseqüências na história política nacional.

Alguns vêem na queda de Zacarias o começo do fim da monarquia, vislumbrando na reação partidária que determinou, o início de uma nova corrente de idéias rumando para a república.

Como prova assinalam a irritação dos políticos contra o poder pessoal.

Ora, antes disso, como depois, foi sempre o mesmo o refrão dos políticos e dos partidos em oposição. Não data daí a sem cerimônia dos ataques, nem tais ataques cresceram de tal modo ao ponto de caracterizar o início de uma época de decadência do princípio monárquico. Nem essa irritação por si só seria capaz de o enfraquecer, quando os mais apaixonados censores daquele movimento passaram, subindo depois ao poder, a servir e louvar o monarca antes acusado de absorção e domínio e, o que é mais, fizeram-se cúmplices ou aproveitadores de golpes semelhantes do árbitro político imperial.

O auge ascensional da monarquia não parou em 1868. A própria irritação conseqüente à queda de Zacarias não fazia explodir então um só protesto republicano. O manifesto dos republicanos históricos só surgiria dois anos depois, em 1870, sem grande ou sem nenhuma eficiência política por então, brado de idealistas sem eco partidário, ordem de comando sem forças para dirigir, clamar de um grupo de oficiais, sem soldados para atendê-los.

E a idéia republicana não conseguia congregiar um partido, que só iria tomar corpo e nascer como uma metamorfose da agitação abolicionista. Os elementos republicanos de 70 evoluiriam numa eficiência crescente de crítica, mas em quase insignificantes efeitos políticos, levando poucos deputados à Câmara e perdendo para a monarquia elementos como Lafaiete.

Depois daquele episódio da nossa história partidária, depois daquela subida dos conservadores por um *golpe de estado*, não entrou em decadência imediata a monarquia. Cresceria até o desembaraço do poder pessoal; o imperador imporia ainda a sua vontade em pontos capitais da política; o fim da guerra do Paraguai; a lei do ventre livre; a questão religiosa; a procrastinação da eleição direta. No exercício do poder moderador desferiria outros golpes de estado iguais ao de 1868.

Discursos, panfletos, atitudes contra a coroa ou a monarquia sempre os houve desde 1822. Havemos de medir a força vital da monarquia, não captando, para analisá-lo, o ar que ela respirava, nem sondando o ambiente em que agia para registrar as suas variações atmosféricas, mas tomando-lhe o pulso, palpando-lhe diretamente as artérias para sentir assim a tensão da vontade, as palpitações da força de querer, a energia para construir ou destruir a seu capricho.

Republicanos sempre existiram no Brasil desde a colônia.

Não andara o trono aos boléus das rebeliões em quase todas as províncias durante a menoridade? E Balaiadas, Cabanadas, Sabinadas, não haviam sido movimentos armados mais ou menos republicanos? Não tremulara por longos anos nos pampas do sul a bandeira republicana de Piratini? Não havemos pois de ouvir como primeiro bater de arfete à muralha monárquica apenas a reação liberal contra a subida dos conservadores em 1868. Nem daí em diante diminuiria, efeito desse choque, a resistência da monarquia. Não foi aquela reação o estalo da muralha, o abrir da brecha por onde entrariam mais tarde os batalhões rebelados de Deodoro, em nome da nação.

Demais, se os excessos dessa reação partidária contra o arbítrio imperial em 1868 podem ser encarados como fatores de enfraquecimento do princípio monárquico, de outro lado podemos salientar efeitos contrários dessa crise política. Uma das conseqüências foi distinguirem-se mais nítidos, cristalizando cada um a sua coesão, os dois partidos, como convinha ao regime parlamentar-monárquico: o conservador pelos benefícios tonificantes do poder; o liberal pela catálise da oposição, unificando históricos e progressistas até então em ferrenha dissidência.

Os fatos que alheiarium do trono apoios fortíssimos estavam por vir, e não tinham a menor ligação com aquele acontecimento partidário de 68: o fim da guerra do Paraguai, com a volta dos guerreiros vitoriosos animados de espírito libertário e messiânico; a questão religiosa que grangearia para o monarca pelo menos a indiferença do clero; as questões militares que o privariam de um exército disciplinado; a abolição que acenderia as hostilidades da lavoura. Ainda não se manifestara a doença de Pedro II; ainda não tomara vulto a impopularidade injusta do conde d'Eu; não se estabelecera ainda entre os políticos a descrença no terceiro reinado; não se murmuravam as contestações dinásticas de um príncipe da casa imperial; a propaganda de Quintino e de Rui Barbosa, os clubes republicanos - tudo viria muitos anos depois sem liame nem lógica com a queda de Zacarias.

Como em todas as genealogias, há os períodos remotos das origens onde vigora a lenda, na linhagem da república é lícito aos historiadores estender a prosápia do novo regime até as raízes mais profundas dos fastos políticos nacionais; mas a verdadeira filiação, a dos registros, a dos cartórios, a das sucessões, a dos documentos, fixa o tronco da estirpe, remonta a fundação da casa republicana e descobre os seus mais antigos pergaminhos em 1870. O mais são preciosismos e rebuscos de linhagistas a compor árvores heráldicas de tradições e conjecturas.

(Política e políticos no Império, pp. 125-128. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista as quartas-feiras, no *Correio Popular* de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

198. FONTE DEMOGRÁFICA DE ALTO VALOR

Joaquim Norberto de Souza e Silva, mais conhecido literariamente apenas por Joaquim Norberto, nasceu no Rio de Janeiro a 6 de junho de 1820 e faleceu em Niterói a 14 de maio de 1891. Romancista, poeta, dramaturgo, filólogo e crítico literário, tem seu nome ligado igualmente à historiografia brasileira através de alguns trabalhos importantes de investigação histórica, ainda hoje altamente considerados. Suas atividades neste campo estiveram quase sempre vinculadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o qual ingressou em 1841 e do qual foi presidente de 1886 até o ano de sua morte. Nas páginas da prestigiosa revista editada pelo Instituto publicou a maior parte de seus escritos no setor das letras históricas.

Dentre estes, dois destacam-se particularmente: a *Memória Histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro* (1854) e a *História da Conjuração Mineira*, que data de 1873. O primeiro, pela rica documentação que encerra, permanece fonte obrigatória para o estudo da terra fluminense, especialmente para os assuntos ligados a povoamento, ocupação e uso da terra, gêneros de vida, etc., oferecendo, pois, grande interesse para a história social e econômica. Quanto ao segundo, foi, durante muito tempo, combatido principalmente por ter se mostrado pouco simpático à figura de Tiradentes. Saú-lhe em defesa Sílvio Romero, que dele se ocupou em duas ou três páginas de sua

importante *História da Literatura Brasileira*. A obra sobre a Conjunção Mineira mereceu reedição pelo Instituto Nacional do Livro, em 1948, o que não aconteceu com a monografia sobre as aldeias indígenas, que ficou na primeira edição, publicada, aliás, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, cujo tomo XVII ocupou quase todo.

O leitor há de perguntar a que propósito vem esta evocação do historiador fluminense. Simplesmente para registrar uma grande realização recentemente empreendida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo: a reedição fac-similar de uma obra praticamente esquecida de Joaquim Norberto: *Investigações sobre os recentimentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Foi elaborado em 1870 e publicado em anexo ao relatório do ministro do Império, Conselheiro Paulino José Soares de Souza. Trata-se de fonte primordial para a história de nossa formação econômica e social, de alto interesse ainda para os estudos de demografia, tão em evidência na pesquisa histórica moderna. A nota de apresentação do volume dá a entender que o Instituto de Pesquisas Econômicas pretende editar outras obras do gênero, contribuindo, assim, para pô-las ao alcance dos estudiosos, uma vez que todas elas são hoje extremamente raras. E no caso presente, vindo a revelar aspecto praticamente desconhecido da obra de Joaquim Norberto. 19-4-1989.

*

199. O FUNDADOR DOS CARLISTAS NO SUL DO BRASIL

Embora tenha sido publicado há mais de dez anos e eu próprio o houvesse adquirido há quase igual tempo, confesso que só agora ofereceu-se-me a oportunidade de ler *A longa viagem*, do padre Redovino Rizzardo, que trata particularmente da presença de sacerdotes carlistas nas áreas de colonização italiana do Rio Grande do Sul. A "longa viagem", a que se refere o título, alude certamente à excursão realizada no interior daquele Estado pelo Bispo de Placencia (Itália), d. João Batista Scalabrini, ilustre sacerdote italiano que, em fins do século passado, mais precisamente em novembro de 1887, fundou, sob a invocação de São Carlos Borromeu, uma Congregação destinada a dar assistência espiritual aos italianos que, premidos por circunstâncias várias, estavam, naquela época, deixando sua pátria em busca de melhores condições de vida na América, particularmente no Brasil e na Argentina.

O Rio Grande do Sul foi a principal área de atividade desses padres Carlistas ou “scalabrinianos”. Daí o interesse que teve o fundador da Congregação em visitar as colônias gaúchas. A viagem de dom Scalabrini realizou-se no início deste século. Partindo de Nápoles a 17 de junho de 1904, chegou ao Rio Grande no dia 7 de setembro. Demorou-se alguns dias em Porto Alegre, iniciando, depois, a parte mais espinhosa de sua missão: Encantado, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano, etc., lugares hoje facilmente alcançáveis em poucas horas, mas naquele tempo praticamente isolados do mundo, devido as precaríssimas condições de transporte que então assinalavam o interior sul-riograndense. É o próprio “Apóstolo do Migrantes” (como foi chamado) que, a certo momento, desabafa: Aqui estamos como que fora do mundo; não recebo nenhuma notícia senão com muito atraso. Não tenho jornais para ler; estou completamente fora de tudo”.

Importante observar que toda a parte relativa à viagem de dom Scalabrini foi redigida com base no seu próprio diário, que é transcrito na maior parte, constituindo precioso documento de viajante-missionário, dos mais bem elaborados de nossa bibliografia de autores estrangeiros, pois não se ateu o ilustre antífite aos aspectos religiosos, embora estes fossem os predominantes em seu relato, mas nele se encontram também observações de natureza social, econômica e cultural. É claro que tendo ficado tão pouco tempo entre nós (pouco mais de quarenta dias, pois partiu para a Argentina no início de novembro), não pôde o fundador dos carlistas alongar-se e aprofundar-se nas suas impressões. Mas o que escreveu merece toda a atenção. Trata-se de uma edição da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre e o volume integra preciosa coleção comemorativa do centenário da imigração italiana no Rio Grande. 24-5-1989.

*

200. O BRASIL VISTO POR UM JORNALISTA INGLÊS

Ao comparecer como delegado brasileiro à Conferência da Paz, em Haia, em 1907, Rui Barbosa contou, entre os seus assessores, com o jornalista e escritor Batista Pereira, que, pouco depois, viria a tornar-se seu genro. Nascido no Rio Grande do Sul, mas vivendo a maior parte de sua vida em São Paulo e no Rio de Janeiro, Batista Pereira é também nome bastante vinculado a Campinas, pois aqui residiu no começo do século, tendo concorrido com Coelho Neto em concurso para provimento da cadeira de Literatura de nosso antigo Ginásio do Estado. Não logrando êxito, retirou-se para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro.

Não era muito favorável ao Brasil o ambiente da Conferência de Haia. E um dos que mais contribuíram para esta situação pouco simpática ao nosso País e ao seu representante, foi o jornalista inglês William T. Stead, "no momento uma influência decisiva na opinião mundial", no conceito de Américo Jacobina Lacombe. E é este mesmo ensaísta quem afirma que coube a Batista Pereira uma tarefa de muita responsabilidade e assás recomendada pelo Barão do Rio Branco, qual a de desfazer a má vontade de William T. Stead em relação ao Brasil e a Rui Barbosa. E tão bem se safou Batista Pereira dessa incumbência que o resultado foi não só a aproximação das duas grandes figuras, mas a conversão de William Stead num fervoroso admirador de Rui, sobre quem acabou escrevendo numerosos artigos, naquele mesmo ano de 1907, em seu periódico "Review of Reviews", sob o título geral de *Brazil at the Hague*. Poucos anos depois, William Stead morria no trágico e até hoje lembrado naufrágio do "Titanic", em 14 de abril de 1912.

Os artigos do jornalista inglês, logo traduzidos por Arthur Bomilcar, vieram a constituir o livro *O Brasil em Haia*, publicado pela primeira vez em 1908 e ao qual o tradutor acrescentou dez discursos proferidos por Rui Barbosa na Conferência da Paz. Até 1925, nada menos de quatro edições de *O Brasil em Haia* foram publicadas; a que apareceu naquele ano já bastante recuado, não traz indicações numérica, limitando-se a indicar "edição definitiva", tendo saído pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro.

Cuida o livro não apenas do que o título sugere, mas oferece também alguns capítulos sobre a Nação brasileira, nem sempre com informações muito corretas. Vê-se que o jornalista inglês pouco conhecida de nosso País. Mas, demonstrou ter lido alguns livros bons, como os dos missionários Kidder e Fletcher, os de Wallace e Bates (estes sobre a Amazônia), o de Elisée Réclus e particularmente o de Percy A. Martin, que parece ter sido sua principal fonte. *O Brasil em Haia* é hoje livro bastante raro e embora muito discutível quanto ao seu caráter, não pode deixar de figurar numa bibliografia brasileira. 23-8-1989.

*

201. A PROPÓSITO DOS "DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL"

Embora haja 99% de probabilidade de haver sido Ambrósio Fernandes Brandão o autor dos famosos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, o 1% que está faltando tem sido o fator único da cautela que faz com que o importante texto seiscentista continue sendo editado sem indicação de autor. Capistrano de Abreu, no prefácio à edição da Acade-

mia Brasileira (a primeira em livro) recusou-se a discutir o problema, julgando-o de somenos. Afirmou, mesmo, que em vez de se discutir quem foi ou não foi o autor do livro, melhor seria tomá-lo e aproveitá-lo no que ele tem de bom. E que nele há muita coisa boa é indiscutível. Prova-o a freqüência com que, desde 1883, vem sendô editado, somando-se até agora nove edições, o que, de fato, é significativo para um texto do período colonial.

Escrito em forma de diálogo (como o título o indica) entre um português recém-chegado (Alviano) e um morador da terra (Brandônio), um pergunta e outro informa. E desta maneira, decorre o livro através de seis longos diálogos. De seu valor já se ocuparam quantos têm cuidado da fontes para a história do Brasil colonial, sendo inútil, pois, repetir aqui o que tantos já escreveram. Tirando a obra clássica de Antonil, talvez não haja texto mais valioso sobre os tempos coloniais. Escrito provavelmente nas imediações de 1620, no entanto permaneceu inédito por mais de 200 anos, só vindo a lume em 1883/1887 e ainda publicado em capítulos ao longo de quatro volumes da preciosa "Revista do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano". Em 1900, Capistrano de Abreu reeditou-o, também parceladamente, nas páginas do "Diário Oficial", do Rio de Janeiro. Só em 1930 foi que o valioso texto apareceu pela primeira vez em livro, na já citada edição da Academia Brasileira, que traz, além da introdução de Capistrano, valiosas notas de Rodolfo Garcia.

A partir de então, sucederam-se mais seis edições do famoso livro. A de Jaime Cortesão, de 1943, trouxe a indicação explícita da autoria de Ambrósio Fernandes Brandão, o mesmo ocorrendo com a edição "Ouro", de 1968. Todas as demais calaram o nome do autor, embora seus responsáveis afiançassem a probabilidade da autoria explicitamente declarada por Jaime Cortesão. A José Antônio Gonçalves de Mello, historiador pernambucano, deve-se a publicação, em 1962, de outro apógrafo dos *Diálogos*, localizado em Leiden, na Holanda. É um pouco mais extenso que o texto até então divulgado. Deste novo apógrafo, duas edições foram publicadas, ambas oficiais (Imprensa Universitária do Recife), portanto de circulação restrita, inacessível à maior parte dos leitores. Tive o privilégio de conhecê-las através de amigos e colegas recifenses.

A última edição dos *Diálogos* (Melhoramentos) data de 1977, numa bonita apresentação integrando a coleção "Memória Literária", da grande editora de São Paulo. 30-8-1989.

202. À MEMÓRIA DE UM GRANDE EDUCADOR

Com o falecimento há pouco mais de um mês do professor Antônio D'Ávila, perdeu nosso País uma das suas maiores figuras nos domínios do Ensino e da Educação. Dedicou toda sua vida ao magistério, do primário ao universitário. Deixou numerosos livros para a formação de professores, versando sobre didática, língua portuguesa e instrução moral e cívica, as três áreas de sua preferência. E também sobre história e literatura infantil. Emprestou o brilho de sua inteligência e capacidade à nossa antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a qual o saudoso monsenhor Salim o convidou, logo no início dos cursos, na década de 40. Circunstâncias diversas impediram-no de continuar. Mas continuou sempre ligado a Campinas, onde contava com numerosos amigos que a todo instante por ele perguntavam.

Comprazia-se Ávila - no que, aliás, fazia bem - em tirar do esquecimento grandes vultos do ensino paulista: Lourenço Filho, Sud Mennucci, Almeida Júnior, Sampaio Dória, João Kopke, entre outros. O que sobre o assunto escreveu daria um livro e constituiria excelente subsídio à história da Educação em São Paulo.

Sempre tive com ele excelente relacionamento. Por algum tempo, fomos vizinhos, morando no mesmo edifício e apartamentos na capital paulista, o que nos proporcionava com convívio freqüente. Depois, tornamo-nos confrades no Instituto Histórico e Geográfico e na Academia Paulista de Educação, entidades que sempre freqüentou com grande assiduidade, enquanto suas condições de saúde o permitiram. Tive nele excelente colaborador na *Notícia Bibliográfica e Histórica*, publicação pela qual sempre se interessou e quase toda a correspondência que trocávamos era a respeito de matéria publicada nas páginas desta revista. Quando promovi, em Campinas, sob os auspícios de nossa Universidade Católica, o Primeiro Congresso de História de São Paulo (1972). Ávila foi dos primeiros que aderiram à idéia do certame, a ele comparecendo e contribuindo com valioso trabalho sobre a história do Jardim da Infância de São Paulo.

Nunca encontrei quem resgatasse louvores às suas qualidades, tanto intelectuais como morais. Padrão de excelência da cultura de nossa terra, foi com justiça que a Academia Paulista de Educação ortogou-lhe, no início do ano, o título de "Educador do Ano". Ausente do próprio Estado por ocasião de seu falecimento, não tive oportunidade de me manifestar, como seria de meu dever, fazendo-o agora nesta pequena página de saudade à memória do grande educador, legítimo, "varão de Plutarco" da terra paulista. 13-9-1989.

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or introductory paragraph.

Main body of faint, illegible text, appearing to be several paragraphs of a document.

Faint, illegible text at the bottom of the page, possibly a footer or concluding paragraph.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିପ୍ ପୁକ୍‌କାମ୍ପ